



**ARAKEN DE ASSIS**

**MANUAL DA**

**EXECUÇÃO**

**20ª EDIÇÃO** REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS**  
**TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcela Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

*Analistas Editoriais:* André Furtado de Oliveira e Karolina de Albuquerque Araújo

*Assistente Editorial:* Francisca Sena

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**IVIÉ A. M. LOUREIRO GOMES**

*Lider Técnica de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra, Raífella Araújo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, José Roberto Borba, Maria Cecília Andreo e Rafael Cattai

*Estagiários:* Angélica Andrade, Beatriz Brandão Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros

*Adaptação de Capa:* Brenno Stolagli Teixeira

*Controle de qualidade da diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito

1118550

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Assis, Araken de  
Manual da execução / Araken de Assis. -- 20. ed. rev., atual. e ampl. -- São  
Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018.

Inclui bibliografia  
ISBN: 978-85-532-1043-5

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

---

18-13091

CDU-347.9(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

# Sumário

<b>Nota prévia à 20.ª edição .....</b>	<b>9</b>
<b>Lista de abreviaturas .....</b>	<b>11</b>

## Título I – Função executiva em geral

<b>1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>§ 1.º Classificação das Ações .....</b>	<b>79</b>
1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição .....	79
2. Limites políticos e práticos da função executiva .....	85
2.1. Critérios classificatórios da ação .....	86
2.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação .....	88
3. Eficácias da sentença e satisfação .....	89
3.1. Eficácia declaratória .....	91
3.2. Eficácia constitutiva .....	94
3.3. Eficácia condenatória .....	95
3.4. Eficácia mandamental .....	101
3.5. Eficácia executiva .....	104
<b>§ 2.º Do Ato Executivo .....</b>	<b>107</b>
4. Natureza do ato executivo .....	107
5. Classificação dos atos executivos .....	110
6. Cumprimento do ato executivo .....	112
6.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo .....	112
6.2. Requisição da força pública .....	114
7. Documentação do ato executivo .....	116
<b>§ 3.º Princípios da Função Executiva .....</b>	<b>117</b>
8. Princípios fundamentais da execução .....	117
9. Princípio da autonomia .....	119

10. Princípio do título.....	122
11. Princípio da responsabilidade patrimonial.....	124
12. Princípio do resultado.....	124
13. Princípio da disponibilidade.....	126
13.1. Conceito e natureza da desistência.....	127
13.2. Espécies de desistência.....	127
13.3. Requisitos da desistência da execução.....	128
13.3.1. Requisitos formais da desistência.....	128
13.3.2. Requisitos subjetivos da desistência.....	129
13.3.3. Requisitos temporais da desistência.....	129
13.4. Efeitos da desistência da execução.....	130
14. Princípio da adequação.....	133
<b>§ 4º Processo de Execução e Execução Incidental.....</b>	<b>133</b>
15. Execução autônoma.....	133
15.1. Precisão terminológica.....	134
15.2. “Condições” da ação executória.....	135
16. Natureza da função jurisdicional executiva.....	138
17. Execução incidente.....	141
17.1. Execução dos efeitos executivo imediato e mandamental antecipados.....	145
17.2. Execução do efeito executivo mediato antecipado.....	149
17.2.1. Processamento da execução.....	149
17.2.2. Execução e o devido processo.....	150
17.2.3. Natureza provisória da execução.....	152
17.2.4. Execução das prestações pecuniárias, em geral, e dos alimentos indenizativos.....	153
17.2.5. Execução das prestações de dar.....	155
17.2.6. Execução das prestações <i>faciendi</i> .....	156
17.2.7. Meios de reação do executado e de terceiros.....	157
18. Integração da disciplina executiva.....	158
<b>2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA.....</b>	<b>161</b>
<b>§ 5.º Espécies de Execução.....</b>	<b>161</b>
19. Ordem dos atos processuais na execução.....	161

<b>§ 6.º Execução Indireta</b> .....	169
20. Meios executórios de coerção .....	169
20.1. Coerção patrimonial .....	171
20.2. Coerção pessoal .....	174
<b>§ 7.º Execução Direta</b> .....	174
21. Meios executórios de sub-rogação .....	174
21.1. Meio do desapossamento .....	175
21.2. Meio da transformação .....	175
21.3. Meio da expropriação .....	176
21.3.1. Meio do desconto .....	177
21.3.2. Meio da adjudicação .....	177
21.3.3. Meio da alienação por iniciativa particular .....	178
21.3.4. Meio da alienação por leilão .....	178
21.3.5. Meio da apropriação .....	179
<b>3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO</b> .....	181
22. Questão de ordem: a localização dos “requisitos necessários” no sistema processual e seu cabimento .....	181
<b>§ 8.º Título Executivo</b> .....	185
23. Natureza do título executivo .....	185
24. Eficácia do título executivo .....	189
24.1. Posição do exequente .....	189
24.2. Posição do Estado .....	190
24.3. Posição do executado .....	191
25. Conteúdo do título executivo .....	191
25.1. Identificação das partes .....	191
25.2. Identificação do resultado .....	192
25.3. Limitação da responsabilidade .....	193
26. Caracteres do título executivo .....	193
26.1. Certeza do título .....	194
26.2. Liquidez do título .....	195
26.3. Exigibilidade do título .....	197
27. Forma do título executivo .....	198

<b>§ 9.º Espécies de Títulos Executivos</b> .....	202
28. Título executivo judicial.....	202
28.1. Decisão condenatória proferida no processo civil.....	203
28.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	210
28.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....	213
28.4. Formal ou certidão de partilha.....	214
28.5. Decisão aprovativa de crédito dos auxiliares do juízo.....	214
28.6. Sentença penal condenatória.....	216
28.7. Sentença arbitral.....	219
28.8. Sentença estrangeira homologada.....	221
28.9. Decisão estrangeira passado <i>exequatur</i> .....	222
29. Título executivo extrajudicial.....	222
29.1. Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque.....	223
29.1.1. Letra de câmbio.....	224
29.1.2. Nota promissória.....	224
29.1.3. Duplicata.....	225
29.1.4. Cheque.....	228
29.1.5. Debênture.....	230
29.2. Escritura pública ou instrumento público.....	231
29.3. Instrumento particular.....	232
29.4. Transação referendada.....	235
29.5. Contratos de caução.....	236
29.6. Contrato de seguro de vida.....	238
29.7. Foro e laudêmio.....	238
29.8. Aluguel de imóvel e encargos.....	239
29.9. Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública.....	241
29.10. Contribuições condominiais.....	241
29.11. Certidão da serventia notarial e registral.....	242
29.12. Títulos previstos em leis extravagantes.....	243
30. Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	247
31. Protesto do título executivo judicial.....	248
31.1. Natureza e finalidade do protesto do título judicial.....	249
31.2. Momento e requisitos do protesto do título judicial.....	249

31.3.	Instrumento do protesto do título judicial.....	250
31.4.	Cancelamento do protesto de título judicial .....	251
32.	Inscrição do executado no cadastro dos inadimplentes .....	251
<b>§ 10.º</b>	<b>Inadimplemento</b> .....	<b>253</b>
33.	Fato constitutivo da demanda executória.....	253
34.	Causas e efeitos do inadimplemento .....	254
34.1.	Causa do inadimplemento .....	255
34.2.	Efeitos do inadimplemento .....	256
34.2.1.	Inadimplemento absoluto .....	256
34.2.2.	Inadimplemento relativo .....	256
34.2.3.	Inadimplemento antecipado .....	257
34.2.4.	Adimplemento ruim .....	258
35.	Momento e prova do inadimplemento na demanda executória.....	259
35.1.	Prova do vencimento do termo ( <i>mora ex persona</i> ) .....	259
35.2.	Prova da realização da condição .....	260
35.3.	Prova do vencimento do prazo de espera .....	261
36.	Inadimplemento das obrigações bilaterais .....	268
36.1.	Controle da inicial .....	270
36.2.	Prazo da suspensão .....	270
36.3.	Despesas e honorários .....	271
37.	Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior .....	271
38.	Tempo e forma da oposição do executado .....	272
<b>4.</b>	<b>INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA</b> .....	<b>273</b>
<b>§ 11.º</b>	<b>Responsabilidade Patrimonial</b> .....	<b>274</b>
39.	Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado ...	274
40.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	278
40.1.	Casos especiais de responsabilidade primária .....	280
40.1.1.	Bens do devedor na posse de terceiros .....	280
40.1.2.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução.....	282
40.1.3.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra credores .....	282

40.2.	Responsabilidade do sucessor a título singular .....	284
40.3.	Responsabilidade do sócio .....	284
40.3.1.	Fundamento da responsabilidade do sócio .....	285
40.3.2.	Benefício de ordem do sócio .....	286
40.4.	Responsabilidade do cônjuge ou companheiro.....	287
40.5.	Responsabilidade no caso de desconsideração da personalidade jurídica .....	287
40.5.1.	Responsabilidade secundária direta do sócio.....	288
40.5.2.	Responsabilidade secundária indireta do sócio .....	290
40.5.3.	Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica.....	293
40.5.3.1.	Iniciativa na desconsideração da pessoa jurídica .....	294
40.5.3.2.	Momento da desconsideração da pessoa jurídica .....	295
40.5.3.3.	Contraditório na desconsideração da pessoa jurídica .....	296
40.5.3.4.	Decisão da desconsideração da pessoa jurídica .....	297
40.5.3.5.	Efeitos da desconsideração da pessoa jurídica.....	297
41.	Responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	298
41.1.	Âmbito da responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados .....	299
41.2.	Registro da penhora nos direitos reais limitados .....	301
42.	Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado .....	302
43.	Classificação da impenhorabilidade.....	303
43.1.	Impenhorabilidade material absoluta.....	305
43.2.	Impenhorabilidade material relativa.....	306
43.2.1.	Regime da comunhão parcial.....	308
43.2.2.	Regime da comunhão universal.....	308
43.2.3.	Regime da separação total.....	309
43.2.4.	Regime dotal.....	309
43.2.5.	Regime de participação final nos aquestos .....	310



43.3.	Impenhorabilidade processual absoluta.....	310
43.4.	Impenhorabilidade processual relativa.....	310
44.	Princípios da impenhorabilidade.....	311
44.1.	Tipicidade da impenhorabilidade .....	311
44.2.	Disponibilidade da impenhorabilidade.....	313
45.	Bens de penhorabilidade controvertida.....	315
45.1.	Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos .....	315
45.2.	Penhorabilidade das quotas sociais.....	316
45.3.	Penhorabilidade do telefone .....	319
45.4.	Penhorabilidade das próteses .....	320
45.5.	Penhorabilidade dos alimentos e de outros bens.....	320
45.5.1.	Penhorabilidade do material fixo e rodante das ferrovias .....	320
45.5.2.	Penhorabilidade das missivas .....	320
45.5.3.	Penhorabilidade dos jazigos .....	321
45.5.4.	Penhorabilidade de imagens e de objetos de culto religioso .....	321
	<i>Subseção I – Impenhorabilidade absoluta</i> .....	322
46.	Natureza e finalidade do benefício de competência .....	322
47.	Limites positivos do benefício de competência .....	323
47.1.	Impenhorabilidade dos inalienáveis .....	324
47.2.	Impenhorabilidade do seguro de vida .....	324
47.3.	Impenhorabilidade dos recursos públicos com destinação social ...	324
47.4.	Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário .....	326
	<i>Subseção II – Impenhorabilidade relativa</i> .....	327
48.	Limites positivos da impenhorabilidade relativa .....	327
48.1.	Impenhorabilidade convencional .....	327
48.2.	Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos.....	328
48.3.	Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais .....	329
48.4.	Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural ....	330
48.5.	Impenhorabilidade relativa dos bens profissionais necessários ou úteis.....	335

48.6.	Impenhorabilidade relativa dos materiais de obras em andamento ...	338
48.7.	Impenhorabilidade relativa dos depósitos em caderneta de poupança.....	339
48.8.	Impenhorabilidade relativa dos créditos na incorporação imobiliária .....	340
48.9.	Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.....	340
48.10.	Impenhorabilidade relativa em caso de direito de retenção .....	341
48.11.	Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia .....	342
48.12.	Impenhorabilidade relativa do bem de família.....	344
48.12.1.	Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da residência familiar .....	344
48.12.2.	Fundamento da impenhorabilidade da residência familiar .....	348
48.12.3.	Objeto da impenhorabilidade da residência familiar...	350
48.12.3.1.	Impenhorabilidade do prédio.....	350
48.12.3.2.	Impenhorabilidade do conteúdo .....	356
48.12.4.	Beneficiários da impenhorabilidade da residência familiar .....	358
48.12.5.	Exceções à impenhorabilidade da residência familiar ...	361
48.12.5.1.	Crédito do financiador da residência .....	364
48.12.5.2.	Crédito alimentar.....	364
48.12.5.3.	Crédito tributário, preço público e despesas condominiais .....	365
48.12.5.4.	Crédito hipotecário .....	366
48.12.5.5.	Crédito resultante da sentença penal condenatória .....	367
48.12.5.6.	Crédito decorrente de fiança locatícia.....	368
	<i>Subseção III – Invalidação da penhora .....</i>	369
49.	Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem .....	369
50.	Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade.....	370
	<b>§ 12.º Fraude na Execução .....</b>	371
51.	Conceito e natureza da fraude contra execução .....	371

52. Requisitos da fraude contra execução.....	376
52.1. Litispendência como elemento da fraude.....	376
52.2. Frustração do meio executório como elemento da fraude.....	380
53. Tipicidade da fraude contra o processo executivo.....	381
53.1. Pendência de ação fundada em direito real ou reipersecutória.....	383
53.2. Registro da pendência da execução.....	385
53.3. Registro da hipoteca judiciária ou de constrição judicial.....	385
53.4. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insol- vência.....	394
53.5. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar.....	395
53.6. Demais casos e fraude na execução fiscal.....	396
54. Procedimento da declaração de existência da fraude contra execução....	398
55. Efeitos da declaração de existência da fraude contra execução.....	400
<b>§ 13.º Obrigações e Execução.....</b>	<b>401</b>
56. Título executivo e obrigação.....	401
57. Classificação das obrigações na lei processual.....	402
57.1. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	406
57.2. Obrigações conjuntivas e alternativas.....	406
57.3. Obrigações condicionais e a termo.....	408
57.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	409
<b>§ 14.º Liquidação do Título Judicial.....</b>	<b>409</b>
58. Conceito e natureza da liquidação.....	409
59. Causa da liquidação.....	412
59.1. Proibição da condenação genérica.....	414
59.2. Liquidez e espécies de obrigação.....	415
59.3. Casos de liquidação obrigatória.....	416
59.4. Liquidação e título extrajudicial.....	417
60. Liquidação e inexistência da obrigação.....	417
61. Pressupostos processuais na liquidação.....	418
62. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação.....	420
63. Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedên- cia.....	422
63.1. Coisa julgada resultante da liquidação.....	422

63.2.	Correção do erro material.....	423
63.3.	Renovação da liquidação.....	424
63.4.	Sucumbência na liquidação .....	425
64.	Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título.....	426
65.	Liquidação e espécies de execução .....	427
66.	Liquidação por cálculo .....	428
66.1.	Natureza da liquidação por cálculo.....	428
66.2.	Âmbito da liquidação por cálculo .....	433
66.3.	Elementos da liquidação por cálculo.....	433
66.4.	Requisitos da planilha na liquidação por cálculo.....	436
66.5.	Recursos na liquidação por cálculo .....	438
67.	Liquidação por arbitramento .....	439
68.	Liquidação por artigos.....	442
69.	Princípio da fidelidade ao título.....	444
<b>§ 15.º Cumulação de Execuções .....</b>		<b>446</b>
70.	Natureza e efeitos da cumulação de execuções .....	446
71.	Requisitos da cumulação inicial de execuções .....	448
71.1.	Identidade de partes .....	448
71.2.	Identidade de competência.....	448
71.3.	Identidade de meios executórios .....	449
72.	Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências.....	450
73.	Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas.....	452
<b>§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado .....</b>		<b>453</b>
74.	Natureza do cumprimento por iniciativa do obrigado .....	453
75.	Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado.....	455
75.1.	Cabimento do cumprimento voluntário .....	455
75.2.	Legitimidade da parte e de terceiro.....	456
75.3.	Momento do cumprimento voluntário.....	457
75.4.	Pressupostos processuais e competência.....	457
75.5.	Intimação e atitudes do credor .....	457
75.6.	Efeitos do depósito .....	458
75.7.	Resolução do incidente.....	458

<b>§ 17.º Cumprimento Provisório</b> .....	459
76. Fundamentos e conceito do cumprimento provisório de título judicial ...	459
76.1. Caráter definitivo da execução de título extrajudicial.....	461
76.2. Particularidades da execução definitiva de título judicial.....	463
76.2.1. Execução definitiva do capítulo da sentença .....	463
76.2.2. Execução definitiva na pendência de rescisória .....	464
76.2.3. Execução definitiva da interlocutória e da tutela provisória .....	465
76.3. Particularidades da execução provisória de título judicial.....	468
77. Regime do cumprimento provisório do título judicial.....	471
77.1. Escolha do meio executório no cumprimento provisório .....	472
77.2. Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provisório .....	472
77.3. Pressupostos da satisfação do exequente no cumprimento provisório .....	474
77.3.1. Particularidades da caução no cumprimento voluntário.....	475
77.3.2. Dispensa da caução no cumprimento voluntário .....	476
77.4. Restituição ao estado anterior desfeito o cumprimento provisório	479
78. Procedimento do cumprimento provisório do título judicial .....	481
78.1. Oportunidade do cumprimento provisório .....	482
78.2. Formação de autos próprios no cumprimento provisório .....	482
78.3. Adimplemento do executado no cumprimento provisório.....	484
78.4. Prestação de caução no cumprimento provisório.....	485
78.5. Extinção do cumprimento provisório.....	486
78.6. Cabimento da impugnação do executado.....	486
78.7. Cabimento de honorários advocatícios no cumprimento provisório .....	487
<b>§ 18.º Medidas de Urgência na Execução</b> .....	488
79. Tutela provisória da atividade executiva.....	488
80. Momento e procedimento das medidas de urgência.....	491
<b>§ 19.º Responsabilidade do Exequente</b> .....	492
81. Responsabilidade do exequente na execução .....	492
81.1. Natureza da responsabilidade do exequente .....	493

81.2. Elementos da responsabilidade do exequente.....	494
81.3. Extensão da responsabilidade perante terceiros .....	495
81.4. Efeitos da responsabilidade do exequente .....	496
<b>§ 20.º Comportamento Processual do Executado .....</b>	<b>496</b>
82. Lealdade processual no processo executivo .....	496
83. Tipicidade do comportamento processual.....	499
84. Efeitos da deslealdade do executado.....	502

## **Título II – Relação processual executiva**

<b>5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO .....</b>	<b>505</b>
<b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>506</b>
<b>§ 21.º Pressupostos Processuais .....</b>	<b>506</b>
85. Pressupostos processuais e demanda executória .....	506
86. Conceito de pressupostos processuais .....	508
87. Classificação dos pressupostos processuais .....	511
88. Controle dos pressupostos processuais .....	511
88.1. Oportunidade de controle dos pressupostos processuais.....	512
88.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais .....	513
<b>SEÇÃO II – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DO JUÍZO.....</b>	<b>514</b>
<b>§ 22.º Jurisdição .....</b>	<b>514</b>
89. Existência de jurisdição e processo executivo .....	514
89.1. Órgãos especiais de jurisdição .....	515
89.2. Natureza do ato jurisdicional .....	516
90. Limites e controle da jurisdição no processo executivo .....	518
<b>§ 23.º Competência .....</b>	<b>520</b>
91. Competência na execução .....	520
91.1. Massa de lides e sua distribuição.....	520
91.2. Conceito de competência.....	521
91.3. Identificação dos órgãos jurisdicionais .....	522
91.4. Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão.....	522
91.5. Provocação do processo e problema de competência .....	523
91.6. Espécies de competência.....	524

92. Competência na execução fundada em título judicial .....	525
92.1. Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau .....	526
92.2. Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....	527
92.3. Execução do título produzido no juízo arbitral .....	531
92.4. Execução do título produzido no juízo penal .....	532
92.5. Execução do título estrangeiro .....	533
93. Competência na execução fundada em título extrajudicial .....	533
93.1. Competência geral na execução de título extrajudicial .....	533
93.1.1. Competência interna.....	535
93.1.2. Competência internacional .....	536
93.2. Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa ...	536
93.3. Competência na execução coletiva.....	539
94. Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência.....	540
95. Controle da competência na execução .....	542
95.1. Cabimento da alegação de incompetência nas execuções individual e coletiva .....	543
95.2. Momento e forma da alegação de incompetência .....	543
95.3. Procedimento e efeito da alegação de incompetência .....	544
<b>§ 24.º Imparcialidade.....</b>	<b>545</b>
96. Imparcialidade do juiz na execução .....	545
97. Causas de frustração da imparcialidade .....	547
98. Controle da imparcialidade na execução.....	551
98.1. Cabimento da exceção de parcialidade .....	551
98.2. Âmbito subjetivo da exceção de parcialidade .....	551
98.3. Momento e forma da exceção de parcialidade .....	552
98.4. Procedimento e efeito da exceção de parcialidade .....	553
<b>SEÇÃO III – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DAS PARTES.....</b>	<b>555</b>
99. Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais .....	555
<b>§ 25.º Personalidade Processual.....</b>	<b>558</b>

100. Personalidade processual no processo executivo .....	558
101. Controle da falta de personalidade processual.....	560
<b>§ 26.º Capacidade Processual.....</b>	<b>560</b>
102. Capacidade processual na execução.....	560
102.1. Capacidade processual plena .....	561
102.2. Capacidade processual relativa e assistência .....	562
102.3. Incapacidade processual e representação .....	562
103. Integração da capacidade processual .....	563
103.1. Integração da capacidade processual pelo cônjuge.....	563
103.2. Integração da capacidade processual por curador especial ....	564
104. Intervenção do Ministério Público.....	565
105. Controle dos defeitos de capacidade processual.....	566
105.1. Momento de verificação do defeito .....	566
105.2. Iniciativa do conhecimento do defeito .....	567
105.3. Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação...	567
105.4. Perda superveniente da capacidade processual.....	567
105.5. Efeitos da inércia do interessado .....	567
105.6. Efeitos do saneamento do defeito .....	568
<b>§ 27.º Capacidade Postulatória.....</b>	<b>568</b>
106. Função pública do advogado e processo executivo .....	568
106.1. Atos privativos de advogado na execução.....	570
106.2. Prova da outorga do mandato.....	571
106.3. Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória.....	571
107. Controle dos defeitos de capacidade postulatória .....	572
107.1. Momento de verificação do defeito relativo à capacidade postulatória.....	572
107.2. Conhecimento de ofício do defeito relativo à capacidade postulatória.....	573
107.3. Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória.....	573
107.4. Efeitos da inércia do interessado .....	573
107.5. Efeitos do saneamento pelo interessado.....	573



<b>§ 28.º Legitimidade</b> .....	573
<i>Subseção I – Noções gerais</i> .....	573
108. Partes legítimas na execução .....	573
109. Parte e terceiro na execução .....	576
110. Litisconsórcio ativo e passivo na execução .....	579
111. Intervenção de terceiros na execução .....	582
112. Classificação da legitimidade de parte na execução .....	583
<i>Subseção II – Legitimidade ativa</i> .....	585
113. Legitimidade ativa ordinária primária .....	585
114. Legitimidade ativa ordinária superveniente .....	587
114.1. Legitimidade superveniente do ofendido .....	588
114.2. Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e suces- sores do credor .....	588
114.3. Legitimidade superveniente do cessionário .....	589
114.4. Legitimidade superveniente do sub-rogado .....	590
114.5. Legitimidade superveniente do cidadão .....	590
115. Legitimidade ativa extraordinária .....	591
115.1. Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva .....	591
115.2. Legitimidade extraordinária autônoma concorrente .....	591
<i>Subseção III – Legitimidade passiva</i> .....	593
116. Legitimidade passiva ordinária primária .....	593
117. Legitimidade passiva ordinária superveniente .....	594
117.1. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do deve- dor .....	594
117.2. Legitimidade passiva do novo devedor .....	595
118. Legitimidade passiva extraordinária .....	595
118.1. Legitimidade extraordinária do fiador .....	597
118.2. Legitimidade extraordinária do proprietário do bem gra- vado .....	600
118.3. Legitimidade extraordinária do responsável tributário .....	601
118.4. Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular ...	603
118.5. Legitimidade extraordinária do sócio e dos responsáveis em geral .....	604
118.6. Legitimidade extraordinária do cônjuge .....	605

118.7. Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador .....	606
119. Assistência na execução .....	606
<b>SEÇÃO IV – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL</b> .....	609
<b>§ 29.º Litispendência</b> .....	609
120. Litispendência na execução .....	609
121. Controle da litispendência na execução .....	612
<b>§ 30.º Coisa Julgada</b> .....	614
122. Coisa julgada na execução .....	614
123. Controle da coisa julgada na execução .....	618
<b>§ 31.º Perempção</b> .....	618
124. Perempção na execução .....	618
<b>§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas</b> .....	619
125. Pagamento ou depósito prévio da sucumbência .....	619
126. Caução para garantir custas e honorários na execução .....	621
<b>SEÇÃO V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL</b> .....	622
<b>§ 33.º Invalidades</b> .....	622
127. Invalidades no processo executivo .....	622
127.1. Classificação das invalidades .....	623
127.2. Nulidades cominada e não cominada .....	625
128. Nulidades cominadas no processo executivo .....	626
128.1. Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo .....	626
128.2. Citação inexistente ou nula do executado .....	627
128.3. Verificação do termo ou condição .....	627
129. Momento, forma e preclusão do controle das invalidades .....	628
130. Adequação do procedimento .....	628
<b>6. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b> .....	631
<b>SEÇÃO I – PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO</b> .....	631
<b>§ 34.º Princípio da Demanda</b> .....	631
131. Impulso da parte na execução .....	631

132. Impulso oficial na execução.....	635
133. Petição inicial da execução .....	636
<b>§ 35.º Requisitos da Petição Inicial .....</b>	<b>638</b>
134. Requisitos gerais da petição inicial.....	638
134.1. Identificação e qualificação das partes .....	641
134.2. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido.....	644
134.3. Pedido na execução .....	645
134.4. Indicação do valor da causa .....	647
134.5. Instrução da petição inicial.....	648
134.5.1. Ônus de exibição do título executivo.....	649
134.5.2. Prova do termo ou da condição .....	650
134.5.3. Prova da prestação nas obrigações bilaterais.....	651
134.5.4. Ônus de exibição do demonstrativo do débito .....	653
135. Requisitos especiais da petição inicial .....	654
135.1. Indicação da espécie de execução .....	654
135.2. Intimação dos titulares de direito real de garantia e de outros direitos.....	656
135.3. Requerimento e modos de citação do executado .....	657
135.4. Indicação de bens passíveis de constrição.....	659
135.5. Requerimento de investigação de ativos financeiros.....	660
135.6. Requerimento de concessão do benefício da gratuidade ....	663
135.7. Pedido de medidas de urgência .....	664
136. Requisitos formais da petição inicial.....	664
136.1. Forma da petição inicial .....	664
136.2. Datação da petição inicial .....	665
136.3. Autenticação da petição inicial.....	665
136.4. Indicação do endereço do advogado do exequente .....	665
136.5. Produção dos documentos indispensáveis .....	666
136.6. Duplicação da petição inicial.....	666
<b>§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória .....</b>	<b>667</b>
137. Propositura da execução .....	667
138. Efeitos da propositura da execução.....	668
138.1. Prevenção no processo executivo.....	669

138.2.	Litispendência .....	669
138.3.	Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....	670
138.4.	Constituição em mora do executado.....	670
138.5.	Prescrição da pretensão a executar .....	671
138.6.	Averbação do ajuizamento da execução .....	675
138.6.1.	Natureza da averbação .....	675
138.6.2.	Procedimento da averbação .....	676
138.6.3.	Efeitos da averbação do ajuizamento.....	678
138.6.4.	Responsabilidade do exequente pela averbação indevida.....	678
139.	Ônus de averbação da propositura e das constrições .....	678
<b>SEÇÃO II – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL .....</b>		<b>679</b>
<b>§ 37.º Emendas da Petição Inicial .....</b>		<b>679</b>
140.	Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....	679
141.	Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento .....	681
<b>§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial.....</b>		<b>682</b>
142.	Extinção liminar do processo executivo .....	682
143.	Pronunciamento extintivo e recurso cabível.....	684
<b>§ 39.º Deferimento Liminar da Execução .....</b>		<b>684</b>
144.	Deferimento da inicial e citação do executado.....	684
<b>7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>		<b>687</b>
<b>§ 40.º Noções Gerais .....</b>		<b>687</b>
145.	Crises da relação processual .....	687
146.	Conceito e objeto da suspensão do processo .....	691
147.	Classificação dos eventos suspensivos do processo .....	693
148.	Meios executórios e suspensão do processo executivo.....	694
<b>§ 41.º Suspensão Obrigatória.....</b>		<b>695</b>
149.	Princípio da taxatividade: casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória .....	695
150.	Casos comuns de suspensão obrigatória .....	697
150.1.	Morte ou perda da capacidade processual da parte .....	697
150.2.	Morte ou perda da capacidade processual do representante ...	700

150.3.	Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado...	700
150.4.	Exceção de impedimento e de suspeição.....	701
150.4.1.	Âmbito da exceção de parcialidade na execução....	702
150.4.2.	Oportunidade da exceção de parcialidade na execução .....	703
150.4.3.	Concessão do efeito suspensivo da exceção de parcialidade .....	703
150.5.	Pendência de eventos externos.....	704
150.6.	Prejudicialidade externa na execução.....	706
150.7.	Força maior suspensiva.....	707
150.8.	Casos comuns atípicos de suspensão obrigatória.....	708
150.8.1.	Suspensão no caso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	708
150.8.2.	Suspensão no caso da verificação da capacidade do executado .....	709
150.8.3.	Suspensão no caso de atentado .....	710
150.8.4.	Suspensão no caso das férias forenses .....	710
150.8.5.	Suspensão no caso de conflito de competência .....	711
150.9.	Suspensão em caso de maternidade ou de paternidade.....	712
151.	Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória da execução .....	713
152.	Efeito suspensivo da impugnação do executado.....	714
152.1.	Necessidade de requerimento do executado.....	715
152.2.	Caráter <i>ope judicis</i> da suspensão.....	715
152.3.	Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação .....	716
152.4.	Contracautela do exequente e prosseguimento da execução. ....	718
152.5.	Recurso cabível do incidente de suspensão.....	718
153.	Efeito suspensivo dos embargos à execução .....	719
153.1.	Necessidade de requerimento do executado.....	720
153.2.	Caráter <i>ope iudicis</i> da suspensão.....	720
153.3.	Pressupostos da concessão de efeito suspensivo aos embargos.....	721
153.4.	Modificação e revogação do efeito suspensivo .....	723
153.5.	Recurso cabível no incidente de suspensão.....	723
154.	Efeito suspensivo dos embargos de terceiro .....	723

155. Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro) .....	726
156. Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral .....	727
157. Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz ..	727
158. Falta de bens penhoráveis.....	728
159. Frustração da alienação coativa .....	731
160. Efeito suspensivo do parcelamento limitado .....	732
160.1. Âmbito da suspensão dilatória da execução.....	733
160.2. Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória .....	734
160.3. Efeito da postulação do executado da suspensão dilatória...	735
160.4. Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória ...	736
160.5. Contraditório na postulação da suspensão dilatória .....	738
160.6. Efeitos do deferimento da suspensão dilatória .....	739
160.7. Cessação da suspensão dilatória da execução.....	739
161. Falta de localização do executado .....	740
162. Suspensão cautelar da execução .....	740
163. Suspensão da insolvência civil.....	743
<b>§ 42.º Suspensão Voluntária .....</b>	<b>743</b>
164. Suspensão convencional genérica .....	743
165. Suspensão dilatória ilimitada da execução.....	744
<b>§ 43.º Conversão da Execução .....</b>	<b>747</b>
166. Frustração da execução específica e conversão da execução .....	747
<b>§ 44.º Efeitos da Suspensão .....</b>	<b>748</b>
167. Efeitos da suspensão do processo executivo .....	748
<b>8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>	<b>751</b>
<b>§ 45.º Noções Gerais .....</b>	<b>751</b>
168. Natureza do ato extintivo da execução.....	751
169. Causas da sentença na execução .....	754
170. Forma da sentença na execução.....	756
171. Eficácia da sentença na execução.....	759
172. Classificação das sentenças na execução.....	761
173. Recurso cabível contra a sentença na execução .....	762

<b>§ 46.º Extinção Própria</b> .....	762
174. Cumprimento espontâneo da obrigação.....	762
174.1. Cumprimento voluntário na execução em geral .....	763
174.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução) .....	765
174.2.1. Distinção da remição da execução das figuras afins .....	765
174.2.2. Procedimento da remição da execução .....	765
174.2.2.1. Oportunidade da remição da execução...	766
174.2.2.2. Legitimidade para remir a execução.....	768
174.2.2.3. Oposição do exequente à remição da execução .....	768
174.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução .....	768
174.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução .....	769
174.2.2.6. Efeitos da remição da execução.....	769
175. Cumprimento forçado da obrigação.....	771
<b>§ 47.º Extinção Imprópria</b> .....	771
176. Indeferimento da petição inicial .....	771
177. Abandono bilateral.....	773
178. Abandono unilateral .....	774
179. Desistência da execução .....	775
180. Ausência de pressuposto processual.....	778
180.1. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar incidental.....	778
180.2. Casos de ausência de pressupostos da pretensão a executar ....	781
181. Ausência de interesse processual e de legitimidade.....	783
182. Intransmissibilidade do objeto litigioso .....	784
183. Confusão entre exequente e executado .....	784
184. Causas processuais específicas .....	784
184.1. Ausência de litisconsorte necessário.....	785
184.2. Ausência de pressuposto processual subjetivo .....	786
184.3. Ausência de pressuposto processual objetivo extrínseco ....	786

185. Execução infrutífera e inutilidade da tutela.....	787
186. Liberação do executado .....	788
<b>§ 48.º Despesas Processuais e Honorários na Execução.....</b>	<b>789</b>
187. Responsabilidade por despesas processuais.....	789
187.1. Conceito e classificação das despesas.....	790
187.2. Dever de o exequente antecipar as despesas .....	792
187.3. Responsabilidade geral do executado.....	793
187.4. Concessão do benefício da gratuidade ao executado.....	795
187.5. Despesas processuais da Fazenda Pública.....	796
188. Honorários de advogado na execução .....	798
188.1. Cabimento dos honorários .....	800
188.2. Momento da fixação .....	805
188.3. Montante dos honorários .....	806
188.4. Natureza do provimento e recurso .....	806
189. Responsabilidade da parte vencida.....	807

## **Título III – Procedimentos executivos comuns**

<b>9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA.....</b>	<b>809</b>
<b>SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR DESAPOSSAMENTO .....</b>	<b>809</b>
<b>§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento.....</b>	<b>809</b>
190. Abrangência desapossamento .....	809
191. Certeza da coisa no desapossamento.....	813
192. Objeto do desapossamento .....	814
193. Título executivo na execução para entrega de coisa.....	814
<b>SEÇÃO II – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA .....</b>	<b>816</b>
<b>§ 50.º Procedimento da Execução do Título Judicial .....</b>	<b>816</b>
194. Impulso do exequente na execução para entrega de coisa .....	816
195. Individualização da coisa.....	817
196. Prazo de entrega da coisa .....	818
197. Depósito do valor das benfeitorias indenizáveis.....	818
198. Prosseguimento da execução .....	820



<b>§ 51.º Procedimento da Execução do Título Extrajudicial .....</b>	<b>821</b>
199. Liquidação das benfeitorias.....	821
199.1. Abrangência da liquidação prévia .....	821
199.2. Forma da liquidação prévia .....	821
199.3. Embargos de retenção.....	822
200. Petição inicial da execução para entrega de coisa .....	824
201. Provimento liminar (fixação de honorários e de multa pecuniária) ...	824
202. Atitudes do executado na execução para entrega de coisa .....	826
203. Frustração da execução específica .....	828
204. Desapossamento da coisa litigiosa.....	829
205. Levantamento da coisa na pendência de embargos .....	831
206. Extinção da execução .....	832
<b>SEÇÃO III – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA .....</b>	<b>832</b>
<b>§ 52.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta.....</b>	<b>832</b>
207. Objeto do desapossamento na execução para entrega de coisa in- certa.....	832
208. Individualização no cumprimento da sentença.....	833
<b>§ 53.º Procedimento da Execução de Entrega de Coisa Incerta.....</b>	<b>833</b>
209. Incidente de individualização da coisa .....	833
209.1. Diferenças procedimentais segundo a titularidade da esco- lha .....	834
209.2. Impugnação à escolha.....	834
210. Prosseguimento da execução .....	835
<b>10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER .....</b>	<b>837</b>
<b>§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais.....</b>	<b>838</b>
211. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais....	838
212. Título executivo da obrigação de fazer.....	840
213. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade.....	841
<b>SUBCAPÍTULO I – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL.....</b>	<b>842</b>
<b>§ 55.º Procedimento da Execução de Título Judicial.....</b>	<b>842</b>
214. Conteúdo do título executivo judicial .....	842

215. Impulso da parte na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	843
216. Provimento liminar na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	844
217. Efeitos do descumprimento doloso da obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	844
218. Defesa do executado na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	845
<b>SUBCAPÍTULO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>846</b>
<b>§ 56.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial .....</b>	<b>846</b>
219. Fundamento do meio executório da coerção patrimonial .....	846
220. Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial .....	849
221. Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública .....	851
<b>§ 57.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial .....</b>	<b>852</b>
222. Aplicação da pena pecuniária .....	852
222.1. Desnecessidade da iniciativa da parte .....	853
222.2. Valor da multa pecuniária .....	854
222.3. Duração da multa pecuniária .....	856
222.4. Modificação e exclusão da pena pecuniária .....	857
222.5. Pena pecuniária e perdas e danos .....	860
222.6. Opção por outro meio executório .....	861
223. Desenvolvimento e extinção da execução .....	861
<b>SUBCAPÍTULO III – EXECUÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO .....</b>	<b>864</b>
<b>SEÇÃO I – OBRIGAÇÃO FUNGÍVEL .....</b>	<b>864</b>
<b>§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível .....</b>	<b>864</b>
<i>Subseção I – Fase postulatória .....</i>	<i>864</i>
224. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento .....	864
224.1. Heterogeneidade do prazo .....	865
224.2. Modos de fixação do prazo .....	865
224.3. Prorrogação do prazo .....	866
224.4. Inserção do prazo no mandado executivo .....	866
224.5. Fixação dos honorários advocatícios .....	866
224.6. Natureza do ato decisório e recurso .....	866

225. Caracterização e determinação do fazer .....	867
226. Atitudes do executado após a citação .....	868
226.1. Efeitos do cumprimento total e parcial .....	868
226.2. Inércia do executado .....	869
226.3. Oposição do executado e seu prazo .....	869
<i>Subseção II – Fase instrutória .....</i>	<i>869</i>
227. Atitudes do exequente após o descumprimento .....	869
227.1. Conversão do procedimento .....	870
227.2. Execução por terceiro .....	871
227.2.1. Definição da fungibilidade .....	871
227.2.2. Efetivação extrajudicial .....	872
227.2.3. Escolha do terceiro .....	872
227.2.4. Apresentação da proposta e manifestação das partes .....	874
227.2.5. Preferência do exequente e formalização do negócio .....	874
227.2.6. Adiantamento do preço .....	874
<i>Subseção III – Incidentes da transformação .....</i>	<i>875</i>
228. Retratação da execução específica .....	875
229. Insucesso na escolha do terceiro .....	875
230. Execução de custeamento .....	876
231. Execução pelo exequente .....	877
231.1. Prazo para exercer o direito de preferência .....	877
231.2. Despesas da execução .....	877
231.3. Prazo de execução .....	877
231.4. Custeamento da execução .....	877
231.5. Verificação do cumprimento .....	878
232. Descumprimento do terceiro contratado .....	878
232.1. Prazo de reclamação .....	878
232.2. Contraditório no incidente .....	879
232.3. Nova execução de custeamento .....	879
232.4. Responsabilidade subsidiária do executado .....	880
232.5. Extinção imprópria da execução .....	880

<i>Subseção IV – Fase final</i> .....	880
233. Controle da prestação de fazer .....	880
233.1. Casos de cabimento do controle.....	881
233.2. Procedimento do controle .....	881
234. Extinção da execução da obrigação de fazer fungível .....	882
<b>SEÇÃO II – OBRIGAÇÃO INFUNGÍVEL</b> .....	882
§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível .....	882
235. Infungibilidade da obrigação de fazer.....	882
235.1. Pessoalidade do fazer .....	883
235.2. Licença administrativa.....	884
235.3. Prazo de cumprimento.....	884
235.4. Oposição do executado .....	884
236. Liquidação e execução das perdas e danos .....	885
<b>SEÇÃO III – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER</b> .....	885
§ 60.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa .....	885
<i>Subseção I – Noções gerais</i> .....	885
237. Execução específica das obrigações negativas .....	885
237.1. Título executivo da prestação negativa .....	887
237.2. Objeto da obrigação negativa .....	887
238. Comprovação do fato indébito .....	888
<i>Subseção II – Procedimento do desfazer</i> .....	888
239. Procedimento da execução para desfazer.....	888
239.1. Prazo de desfazimento .....	889
239.2. Caracterização e determinação do desfazer .....	889
239.3. Citação e atitudes do executado .....	889
239.4. Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa... ..	890
240. Conversão do procedimento executivo .....	890
241. Extinção da execução .....	891
<b>SEÇÃO IV – OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A VONTADE</b> .....	891
§ 61.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade... ..	891

<i>Subseção I – Noções gerais</i> .....	891
242. Fungibilidade da declaração de vontade .....	891
243. Natureza da ação nascente do contrato preliminar .....	893
243.1. Título da substituição .....	894
243.2. Objeto da declaração de vontade .....	895
243.3. Formulação do pedido e sua correção.....	897
244. Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos prelimi- nares .....	898
245. Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado .....	901
245.1. Modalidade dos atos executivos .....	901
245.2. Possibilidade da execução da sentença substitutiva.....	902
245.3. Desapossamento do vencido.....	903
245.4. Aplicação do meio executório da coação patrimonial .....	903
<i>Subseção II – Execução específica do compromisso</i> .....	904
246. Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda .....	904
247. Forma do contrato preliminar de compra e venda.....	905
248. Quitação do preço e sua oportunidade no contrato preliminar de compra e venda.....	906
249. Irretratabilidade e arrependimento no contrato preliminar de compra e venda .....	906
250. Registro do contrato preliminar de compra e venda .....	907
251. Outorga uxória e eficácia condenatória.....	909
<b>11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE</b> .....	911
<b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS</b> .....	913
<b>§ 62.º Obrigação Pecuniária</b> .....	913
252. Obrigação pecuniária e expropriação .....	913
252.1. Atributos da obrigação pecuniária .....	915
252.2. Espécies de prestações pecuniárias .....	916
252.3. Reajuste das prestações pecuniárias .....	917
253. Expropriação singular e coletiva .....	918
254. Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento.....	919

<b>SEÇÃO II – FASE INICIAL DA EXPROPRIAÇÃO .....</b>	<b>922</b>
<i>Subseção I – Execução de Título Judicial .....</i>	<i>922</i>
<b>§ 63.º Cumprimento da Sentença .....</b>	<b>922</b>
255. Iniciativa da parte na execução de título judicial .....	922
256. Intimação do executado na execução de título judicial .....	923
256.1. Modos e destinatários da intimação .....	923
256.2. Contagem do prazo e alternativas .....	924
257. Atitudes do executado após a intimação.....	925
258. Controle oficial do valor da dívida .....	925
<i>Subseção II – Execução de Título Extrajudicial.....</i>	<i>927</i>
<b>§ 64.º Citação do Executado .....</b>	<b>927</b>
259. Ajuizamento da demanda executória .....	927
260. Citação do executado na expropriação .....	928
260.1. Modos de citação .....	928
260.2. Contagem do prazo e alternativas .....	929
<b>§ 65.º Pagamento.....</b>	<b>932</b>
261. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado .....	932
262. Solução do incidente de cumprimento e recurso próprio .....	933
<b>§ 66.º Pré -Penhora.....</b>	<b>934</b>
263. Natureza e finalidade da pré -penhora.....	934
264. Procedimento da pré -penhora .....	936
264.1. Pressupostos objetivos da pré -penhora .....	936
264.2. Forma da pré -penhora .....	936
264.3. Citação do executado .....	937
264.4. Pagamento superveniente .....	938
264.5. Intimação da conversão em penhora.....	938
264.6. Caducidade da pré -penhora .....	939
<b>§ 66.º Penhora e Depósito.....</b>	<b>939</b>
<i>Subseção III – Penhora em Geral.....</i>	<i>939</i>
265. Natureza jurídica da penhora .....	939
266. Conceito de penhora .....	943

267.	Termo inicial e eficácia <i>erga omnes</i> da penhora .....	943
268.	Efeitos da penhora no plano material .....	944
268.1.	Ineficácia relativa dos atos de disposição .....	945
268.2.	Reorganização da posse .....	946
268.3.	Perda do direito de fruição .....	947
269.	Efeitos da penhora no plano processual .....	948
269.1.	Individualização de bens no patrimônio do executado .....	949
269.2.	Conservação dos bens penhorados .....	949
269.3.	Direito de preferência .....	950
269.4.	Desencadeamento das técnicas expropriatórias .....	950
270.	Extensão da penhora (frutos, acessões, pertencas e plantações) .....	951
271.	Formas de documentação da penhora .....	952
	<i>Subseção IV – Procedimento da penhora</i> .....	953
272.	Penhora por oficial de justiça .....	953
272.1.	Escolha do exequente e nomeação do executado .....	954
272.2.	Localização dos bens penhoráveis .....	955
272.2.1.	Localização de ativos financeiros .....	956
272.2.2.	Localização de outros bens (requisição perante terceiros) .....	957
272.3.	Ordem preferencial da penhora .....	958
272.4.	Exibição dos títulos de domínio .....	961
272.5.	Lugar da penhora .....	961
272.6.	Tempo da penhora .....	963
272.7.	Adequação da penhora .....	963
272.8.	Penhora de bem indivisível .....	964
272.9.	Avaliação do bem penhorado .....	965
273.	Resistência do executado .....	966
273.1.	Presunção de resistência .....	966
273.2.	Ordem de arrombamento .....	967
273.3.	Busca dos bens penhoráveis .....	967
273.4.	Auto de arrombamento .....	968
273.5.	Emprego da força policial .....	969
273.6.	Auto da ocorrência .....	970

274.	Elementos do auto ou termo de penhora.....	970
274.1.	Tempo e lugar da penhora.....	971
274.2.	Pertinência subjetiva da penhora.....	971
274.3.	Descrição dos bens penhorados.....	971
274.4.	Nomeação do depositário.....	972
274.5.	Laudo de avaliação.....	973
	<i>Subseção V – Depósito da coisa penhorada.....</i>	<i>973</i>
275.	Desapossamento da coisa penhorada.....	973
276.	Natureza jurídica do depósito.....	975
277.	Objeto do depósito.....	977
278.	Efeitos do depósito no plano material.....	977
278.1.	Guarda e conservação da coisa.....	977
278.2.	Administração da coisa.....	978
278.3.	Posse do depositário.....	979
278.4.	Restituição da coisa.....	979
	278.4.1. Cabimento da ação de depósito.....	980
	278.4.2. Incidente na execução.....	980
278.5.	Dever de prestar contas.....	983
279.	Efeitos do depósito no plano processual.....	983
279.1.	Remuneração do depositário.....	983
279.2.	Responsabilidade do depositário.....	984
280.	Nomeação do depositário.....	986
280.1.	Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos.....	987
280.2.	Depósito de móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	988
280.3.	Depósito de imóveis rurais, direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, máquinas, utensílios e equipamentos.....	988
281.	Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens.....	989
282.	Remoção do depositário.....	990
283.	Extinção do depósito.....	991
	<i>Subseção VI – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira.....</i>	<i>991</i>
284.	Iniciativa do exequente na indisponibilidade de ativos financeiros....	991



285. Fundamento e natureza da indisponibilidade de ativos financeiros ...	992
286. Deferimento da indisponibilidade de ativos financeiros .....	994
287. Controle da legalidade da indisponibilidade de ativos financeiros ...	995
288. Cancelamento e conversão da indisponibilidade em penhora.....	996
<i>Subseção VII – Penhora de créditos</i> .....	996
289. Introdução à penhora de créditos .....	996
290. Existência do crédito e sua penhora .....	1000
291. Objeto da penhora de crédito .....	1002
292. Penhora de mão própria.....	1002
293. Procedimento da penhora de crédito.....	1003
293.1. Penhora através de oficial de justiça.....	1003
293.2. Individualização do crédito .....	1004
293.3. Pré -penhora do crédito .....	1004
293.4. Apreensão dos títulos e cártulas .....	1005
293.5. Confissão do terceiro devedor .....	1005
293.6. Conteúdo da confissão do terceiro .....	1006
293.7. Negativa do terceiro devedor .....	1007
293.8. Incidente de declaração da existência do crédito.....	1007
293.9. Extinção do crédito e reflexos na penhora .....	1008
294. Técnicas de conversão do crédito penhorado .....	1009
294.1. Sub -rogação do crédito penhorado .....	1009
294.2. Alienação do crédito penhorado .....	1011
295. Penhora no rosto dos autos.....	1011
295.1. Conceito de direito litigioso .....	1012
295.2. Forma da penhora no rosto dos autos .....	1012
295.3. Penhora por dívida do autor da herança .....	1013
295.4. Início da eficácia da penhora no rosto dos autos.....	1013
295.5. Sub -rogação do direito litigioso .....	1014
296. Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas .....	1014
297. Penhora de direito a coisa determinada.....	1015
297.1. Natureza da penhora .....	1015
297.2. Objeto da penhora .....	1016
297.3. Depósito da coisa.....	1016

297.4.	Sub -rogação do objeto da penhora.....	1016
297.5.	Técnicas de conversão do objeto da penhora.....	1016
297.6.	Direito sujeito a condição .....	1016
297.7.	Preferência na penhora de direito a coisa determinada.....	1017
<i>Subseção VIII – Penhora de quotas e de ações de sociedades personificadas.....</i>		1017
298.	Penhora de quotas e de ações .....	1017
299.	Procedimento da liquidação do valor das quotas e das ações .....	1017
<i>Subseção IX – Penhora de empresas, estabelecimentos, semoventes, navios e aeronaves .....</i>		1019
300.	Penhora de empresas e estabelecimentos .....	1019
301.	Administração da universalidade penhorada .....	1020
302.	Procedimento da penhora de universalidades.....	1021
302.1.	Escolha do administrador.....	1022
302.2.	Plano de administração.....	1022
302.3.	Plano de administração consensual.....	1022
302.4.	Controle do plano de administração.....	1023
302.5.	Destituição do administrador.....	1023
302.6.	Penhora dos edifícios em construção.....	1024
302.7.	Administração dos edifícios em construção.....	1024
303.	Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autorizada.....	1024
304.	Penhora de navio e de aeronave .....	1026
304.1.	Conceito de navio e de aeronave .....	1026
304.2.	Natureza da penhora .....	1026
304.3.	Seguro contra riscos .....	1026
<i>Subseção X – Penhora de percentual de faturamento de empresas .....</i>		1027
305.	Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	1027
306.	Procedimento da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	1028
<i>Subseção XI – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel... ..</i>		1029
307.	Origem e natureza da penhora de frutos e de rendimentos.....	1029
308.	Deferimento da penhora de frutos e de rendimentos .....	1030

309.	Objeto da penhora de frutos e de rendimentos .....	1031
310.	Pressupostos da penhora de frutos e de rendimentos.....	1032
310.1.	Eficiência da penhora.....	1032
310.2.	Menor gravame da penhora.....	1032
311.	Efeitos da penhora de frutos e de rendimentos .....	1033
311.1.	Momento do início da eficácia da penhora de frutos e de rendimentos.....	1033
311.2.	Perda do poder de fruição do bem.....	1034
311.3.	Temporiedade e natureza <i>pro solvendo</i> da apropriação... ..	1035
311.4.	Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio... ..	1036
311.5.	Nomeação de administrador .....	1036
311.6.	Extensão dos poderes do administrador .....	1037
311.7.	Pronunciamento judicial e recurso cabível .....	1037
312.	Espécies de apropriação de frutos e de rendimentos.....	1038
313.	Administração de frutos e de rendimentos.....	1038
313.1.	Aprovação da forma de administração.....	1038
313.2.	Administrador do imóvel arrendado.....	1038
313.3.	Locação do móvel ou de imóvel.....	1039
314.	Alienação forçada do bem na pendência da penhora de frutos e de rendimentos .....	1039
315.	Recebimento das quantias e imputação em pagamento.....	1040
	<i>Subseção XII – Incidentes da penhora</i> .....	1040
316.	Substituição da penhora .....	1040
316.1.	Legitimidade para requerer a substituição .....	1041
316.2.	Fundamentos da substituição .....	1041
316.3.	Momento da substituição .....	1044
316.4.	Pressupostos da substituição requerida pelo executado .....	1045
316.5.	Objeto da substituição .....	1047
316.5.1.	Fiança bancária .....	1048
316.5.2.	Seguro.....	1049
316.6.	Contraditório na substituição.....	1049
316.7.	Decisão do incidente de substituição.....	1050
316.8.	Efeitos da substituição .....	1050

317. Ilegalidade da penhora.....	1051
317.1. Ilegalidade objetiva da penhora .....	1051
317.2. Ilegalidade subjetiva da penhora.....	1052
318. Renovação da penhora.....	1052
318.1. Casos de renovação da penhora .....	1053
318.1.1. Nulidade da penhora.....	1053
318.1.2. Conversão da penhora desacompanhada de solu- ção da dívida .....	1053
318.1.3. Desistência da penhora.....	1054
318.2. Intimação do executado e embargos.....	1055
318.3. Despesas da renovação da penhora .....	1056
318.4. Responsabilidade do credor na renovação da penhora .....	1056
319. Alienação antecipada do bem penhorado .....	1056
319.1. Natureza da alienação antecipada .....	1056
319.2. Procedimento da alienação antecipada.....	1057
319.2.1. Requisitos da alienação antecipada .....	1057
319.2.2. Legitimidade para requerer a alienação anteci- pada.....	1058
319.2.3. Modalidades de alienação antecipada .....	1058
319.2.4. Alienação antecipada no cumprimento provisório .....	1058
319.2.5. Contraditório e concordância do executado .....	1059
319.2.6. Efeitos da alienação antecipada .....	1059
319.2.7. Decisão do incidente e recurso .....	1059
320. Adequação da penhora .....	1059
321. Excesso de penhora e excesso de execução.....	1061
<i>Subseção XIII – Concurso especial de credores .....</i>	<i>1062</i>
322. Preferência emanada da penhora .....	1062
323. Pressupostos da preferência do credor penhorante.....	1064
323.1. Solvência do executado.....	1065
323.2. Inexistência de prelação.....	1066
324. Efeitos do concurso especial.....	1068
325. Preferência na pré -penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada .....	1069
326. Preferência em razão da averbação da penhora .....	1070

327. Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções.....	1072
328. Procedimento do concurso especial na fase inicial.....	1074
328.1. Pressupostos da reunião das execuções.....	1074
328.2. Obrigatoriedade da reunião das execuções.....	1075
328.3. Ciência da multiplicidade de penhoras.....	1076
328.4. Juízo competente para a reunião das execuções.....	1076
328.5. Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial.....	1080
328.6. Impulso processual da expropriação nas execuções singulares.....	1080
328.7. Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum.....	1081
328.8. Destino autônomo das execuções no concurso especial.....	1082
<i>Subseção XIV – Intimação da penhora.....</i>	<i>1082</i>
329. Intimação do executado da penhora.....	1082
329.1. Dispensa da intimação do executado.....	1083
329.2. Modos de intimação do executado.....	1083
329.3. Destinatários da intimação.....	1083
330. Intimação da penhora de terceiros.....	1084
331. Intimação da penhora do cônjuge ou companheiro do executado....	1084
331.1. Posição processual do cônjuge.....	1086
331.2. Embargos de terceiro do cônjuge.....	1086
331.3. Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente.....	1087
331.4. Preservação da meação individualmente sobre cada bem..	1088
331.5. Nulidade da execução pela falta de intimação do cônjuge..	1088
<b>SEÇÃO III – FASE INSTRUTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO.....</b>	<b>1089</b>
<b>§ 68.º Avaliação.....</b>	<b>1089</b>
332. Importância e natureza da avaliação.....	1089
333. Momento e lugar da avaliação.....	1091
334. Avaliador judicial e avaliador perito.....	1092
335. Casos de dispensa da avaliação.....	1094
335.1. Concordância das partes.....	1095

335.2.	Títulos, mercadorias e ações cotados em bolsa.....	1095
335.3.	Bens de cotação usual no mercado.....	1096
336.	Procedimento da avaliação por avaliador.....	1097
336.1.	Laudo de avaliação .....	1098
336.2.	Conteúdo do laudo e critérios de avaliação .....	1098
336.2.1.	Valor segundo o custo.....	1099
336.2.2.	Valor segundo a renda .....	1099
336.2.3.	Valor segundo o mercado.....	1099
336.3.	Divisão cômoda de imóvel .....	1100
336.4.	Audiência das partes e decisão .....	1100
337.	Repetição da avaliação .....	1101
338.	Adequação da penhora .....	1103
<b>§ 69.º</b>	<b>Alienação Forçada.....</b>	<b>1103</b>
339.	Natureza jurídica da alienação forçada.....	1103
340.	Efeitos da alienação forçada no plano material.....	1109
340.1.	Título da aquisição .....	1109
340.2.	Modo de aquisição.....	1111
340.3.	Responsabilidade tributária do adquirente.....	1111
340.4.	Vícios ocultos e aparentes da coisa.....	1112
340.5.	Evicção na alienação coativa .....	1113
340.6.	Alienação coativa de coisa locada.....	1115
340.7.	Alienação coativa de unidades autônomas e despesas con- dominiais .....	1117
340.8.	Alienação coativa de coisa comodada.....	1118
340.9.	Alienação forçada e frutos do bem .....	1118
340.10.	Posse da coisa adquirida .....	1119
340.11.	Purgação dos direitos reais de garantia .....	1121
340.12.	Traspasso dos direitos reais de gozo .....	1123
341.	Efeitos da alienação forçada no plano processual.....	1123
341.1.	Conversão coativa da penhora .....	1124
341.2.	Realização do preço.....	1124
342.	Legitimidade para arrematar.....	1125
342.1.	Legitimidade geral.....	1125
342.2.	Restrições à legitimidade .....	1126

<b>§ 70.º Adjudicação</b> .....	1128
343. Natureza jurídica da adjudicação .....	1128
344. Objeto da adjudicação .....	1130
345. Pressupostos da adjudicação .....	1131
345.1. Preço não inferior ao da avaliação .....	1131
345.2. Legitimidade para adjudicar .....	1132
346. Procedimento da adjudicação .....	1135
346.1. Oportunidade da adjudicação .....	1135
346.2. Intimações prévias à adjudicação .....	1136
346.3. Forma do requerimento de adjudicação .....	1136
346.4. Intimação do executado .....	1137
346.5. Multiplicidade de pretendentes .....	1138
346.6. Auto de adjudicação .....	1139
346.7. Recurso contra a decisão na adjudicação .....	1140
346.8. Carta de adjudicação .....	1141
347. Resgate do bem hipotecado adjudicado .....	1142
348. Efeitos da adjudicação .....	1142
348.1. Efeitos gerais da adjudicação .....	1142
348.2. Efeitos particulares da remição .....	1142
<b>§ 71.º Alienação</b> .....	1144
349. Modalidades da alienação do bem penhorado .....	1144
<i>Subseção I – Alienação por iniciativa particular</i> .....	1144
350. Natureza da alienação por iniciativa particular .....	1144
351. Objeto e momento da alienação por iniciativa particular .....	1146
352. Procedimento da alienação por iniciativa particular .....	1147
352.1. Iniciativa do exequente .....	1147
352.2. Mediação facultativa de corretor ou de leiloeiro .....	1148
352.3. Condições do negócio .....	1149
352.4. Apresentação da proposta e contraditório .....	1151
352.5. Termo de alienação .....	1151
353. Incidentes da alienação por iniciativa particular .....	1152
354. Efeitos da alienação por iniciativa particular .....	1152

<i>Subseção II – Leilão Judicial</i> .....	1153
355. Oportunidade do leilão .....	1153
356. Modalidades de leilão.....	1153
357. Objeto e lugar do leilão .....	1154
358. Designação do leiloeiro .....	1155
359. Direitos e deveres do leiloeiro .....	1157
359.1. Publicação do edital .....	1157
359.2. Realização do leilão .....	1157
359.3. Exposição dos bens.....	1158
359.4. Remuneração do leiloeiro .....	1158
359.5. Depósito do preço.....	1160
359.6. Prestação de contas .....	1160
360. Condições do leilão .....	1160
361. Natureza e função do edital de arrematação .....	1161
362. Requisitos do edital .....	1162
362.1. Descrição do bem penhorado.....	1162
362.2. Valor do bem .....	1163
362.3. Lugar do bem penhorado.....	1164
362.4. Lugar, período ou data do leilão.....	1164
362.5. Dia e hora da segunda licitação .....	1165
362.6. Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pen- dente.....	1165
363. Obrigatoriedade e expedição do edital .....	1167
364. Publicidade ordinária do edital .....	1168
365. Publicidade extraordinária do edital .....	1170
366. Leilão conjunto .....	1171
367. Transferência do leilão .....	1172
368. Intimações prévias ao leilão.....	1174
368.1. Intimação do executado.....	1174
368.1.1. Destinatários da intimação.....	1175
368.1.2. Forma da intimação .....	1176
368.2. Intimação de terceiros.....	1177
369. Forma do leilão .....	1178



370. Direção do leilão .....	1180
371. Ordem da arrematação .....	1180
372. Preferência da arrematação em globo.....	1181
373. Alienação de imóvel divisível.....	1182
373.1. Comodidade da divisão.....	1182
373.2. Requerimento do executado.....	1183
373.3. Procedimento do leilão .....	1184
374. Forma do remate .....	1184
374.1. Licitação entre os pretendentes.....	1186
374.2. Preferência na aquisição do bem tombado .....	1186
375. Alienação por proposta escrita .....	1186
375.1. Objeto da proposta escrita .....	1187
375.2. Valor da proposta escrita.....	1187
375.3. Condições da proposta escrita.....	1187
375.4. Decisão acerca da proposta escrita e recurso .....	1187
375.5. Efeitos da aceitação da proposta escrita .....	1188
376. Arrematação pelo exequente .....	1189
376.1. Limite mínimo do lance do credor .....	1189
376.2. Exibição do preço pelo credor.....	1190
377. Proibição da arrematação por preço vil .....	1190
377.1. Definição de preço vil.....	1191
377.2. Alegação do preço vil .....	1193
378. Alienação de imóvel de incapaz.....	1193
378.1. Prazo do adiamento.....	1194
378.2. Administração do imóvel durante o adiamento .....	1194
378.3. Alienação antes do término do adiamento .....	1194
378.4. Alienação depois do encerramento do adiamento .....	1195
379. Suspensão da arrematação .....	1195
380. Encerramento da arrematação .....	1196
381. Resgate do bem hipotecado arrematado .....	1197
382. Auto de arrematação .....	1197
383. Carta de arrematação .....	1199
383.1. Oportunidade da expedição da carta de arrematação .....	1200

383.2.	Elementos da carta de arrematação .....	1201
383.2.1.	Descrição do imóvel .....	1201
383.2.2.	Prova da quitação dos impostos .....	1202
383.2.3.	Auto de arrematação .....	1202
383.2.4.	Identificação do arrematante .....	1202
383.2.5.	Assinatura da carta .....	1203
383.3.	Registro da carta de arrematação .....	1203
384.	Carta de arrematação de bens móveis.....	1204
385.	Desfazimento da arrematação.....	1204
385.1.	Causas de desfazimento da arrematação.....	1206
385.1.1.	Nulidade dos atos executórios.....	1206
385.1.2.	Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução .....	1207
385.1.3.	Existência de ônus real omitido no edital.....	1208
385.1.4.	Casos previstos explicitamente no Código .....	1208
385.1.5.	Casos previstos implicitamente no Código.....	1208
385.2.	Meios e momento do desfazimento .....	1209
385.3.	Efeitos do desfazimento .....	1210
385.3.1.	Efeitos perante o arrematante .....	1210
385.3.2.	Efeitos perante o credor .....	1211
385.3.3.	Efeitos perante os auxiliares do juízo.....	1211
385.4.	Decisão do incidente e recurso .....	1211
386.	Resolução da arrematação por inadimplemento.....	1212
<b>SEÇÃO IV – FASE FINAL DA EXPROPRIAÇÃO.....</b>		<b>1213</b>
<b>§ 72.º Satisfação do Crédito.....</b>		<b>1213</b>
387.	Satisfação do exequente através da adjudicação.....	1213
388.	Satisfação do exequente através da entrega do dinheiro ao credor....	1214
389.	Atribuição e distribuição do dinheiro .....	1214
390.	Pressupostos da entrega do dinheiro .....	1215
391.	Forma da entrega do dinheiro e quitação ao executado .....	1216
392.	Custódia do dinheiro.....	1217
393.	Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....	1217
393.1.	Credores participantes do concurso especial.....	1218

393.2.	Ordem dos credores no concurso especial .....	1219
393.2.1.	Preferência material .....	1220
393.2.2.	Preferência processual .....	1225
393.3.	Natureza do concurso especial .....	1226
393.4.	Limites à cognição no concurso especial .....	1227
394.	Procedimento da fase final do concurso especial .....	1228
394.1.	Competência no concurso especial .....	1228
394.2.	Formulação das pretensões, produção de provas e julgamento .....	1230
394.3.	Distribuição parcial .....	1230
394.4.	Distribuição amigável .....	1231
394.5.	Natureza do ato que resolve o concurso .....	1231
394.6.	Quitação ao executado e extinção do processo .....	1232

## **12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE .....**

1233

### **SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS .....**

1234

#### **§ 73. Lineamentos da Insolvência Civil .....**

1234

395. Conceito e natureza da insolvência civil .....

1234

396. Caráter principal da insolvência civil .....

1238

#### **§ 74. Pressuposto Geral da Execução Coletiva .....**

1239

397. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva .....

1239

398. Insolvência real .....

1242

399. Insolvência presumida .....

1242

#### **§ 75.º Particularidades da Insolvência Civil .....**

1245

400. Conflito entre falência e insolvência civil .....

1245

401. Aplicação da lei de falências ao concurso civil .....

1246

402. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva .....

1246

403. Fases da insolvência civil .....

1248

### **SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO COLETIVA .....**

1249

#### **§ 76.º Título Executivo e Inadimplemento .....**

1249

404. Título e inadimplemento na execução coletiva .....

1249

404.1.	Título executivo .....	1249
404.2.	Inadimplemento.....	1250
<b>§ 77.º</b>	<b>Capacidade Postulatória.....</b>	<b>1250</b>
405.	Participação do advogado na insolvência civil .....	1250
<b>§ 78.º</b>	<b>Competência na Insolvência Civil.....</b>	<b>1251</b>
406.	Problema de competência na insolvência civil .....	1251
406.1.	Competência na insolvência voluntária .....	1252
406.2.	Competência na insolvência necessária .....	1253
406.3.	Espécie de competência na insolvência.....	1253
407.	Universalidade do juízo da insolvência.....	1254
<b>§ 79.º</b>	<b>Legitimidade na Insolvência Civil.....</b>	<b>1256</b>
408.	Legitimidade ativa na insolvência civil .....	1256
408.1.	Legitimidade ativa do credor quirografário .....	1257
408.2.	Legitimidade ativa do devedor .....	1259
408.3.	Legitimidade ativa do espólio do devedor .....	1259
409.	Legitimidade passiva na insolvência civil .....	1260
409.1.	Legitimidade passiva do devedor civil .....	1260
409.2.	Legitimidade passiva do espólio do devedor .....	1262
410.	Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil.....	1262
411.	Ministério Público na insolvência civil .....	1264
<b>SEÇÃO III – FASE INICIAL DA INSOLVÊNCIA</b>	<b>.....</b>	<b>1264</b>
<b>§ 80. Insolvência Necessária.....</b>	<b>.....</b>	<b>1264</b>
<i>Subseção I – Formação do processo executivo .....</i>	<i>.....</i>	<i>1264</i>
412.	Requisitos da petição inicial .....	1264
412.1.	Endereçamento da inicial .....	1265
412.2.	Identificação das partes .....	1265
412.3.	Causa de pedir na insolvência .....	1265
412.4.	Pedido na insolvência civil .....	1267
412.5.	Proposição de provas na insolvência civil .....	1267
412.6.	Explicitação do valor da causa .....	1268
412.7.	Requerimento e modos de citação do executado .....	1268
413.	Efeitos da propositura da insolvência necessária.....	1268

<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....	1268
414. Emendas da petição inicial .....	1268
415. Indeferimento da petição inicial .....	1269
416. Deferimento da petição inicial .....	1269
<i>Subseção III – Instrução da fase inicial</i> .....	1270
417. Pagamento do executado.....	1270
418. Revelia do executado .....	1270
419. Reconhecimento do pedido.....	1271
420. Elisão do pedido através de depósito .....	1271
421. Embargos do executado na insolvência.....	1272
<i>Subseção IV – Julgamento da fase final</i> .....	1274
422. Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva .....	1274
<b>§ 81. Insolvência Voluntária</b> .....	1275
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i> .....	1275
423. Requisitos da petição inicial .....	1275
423.1. Endereçamento da inicial .....	1277
423.2. Identificação das partes .....	1277
423.3. Causa de pedir na insolvência voluntária .....	1277
423.4. Pedido na insolvência voluntária .....	1279
423.5. Produção de provas .....	1279
423.6. Explicitação do valor da causa .....	1280
423.7. Citação dos credores.....	1280
424. Efeitos da propositura da insolvência voluntária .....	1280
<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....	1280
425. Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....	1280
426. Indeferimento da inicial.....	1281
427. Deferimento da inicial .....	1281
<i>Subseção III – Julgamento da fase inicial</i> .....	1281
428. Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvên- cia .....	1281
429. Extinção do processo sem julgamento do mérito e o problema da desistência da ação.....	1281

<b>§ 82.º Efeitos da Declaração de Insolvência</b> .....	1283
430. Classificação dos efeitos da insolvência.....	1283
431. Termo inicial dos efeitos .....	1284
432. Efeitos processuais da declaração de insolvência .....	1285
432.1. Instalação da execução coletiva.....	1285
432.2. Procedimento edital na insolvência .....	1286
432.3. Arrecadação dos bens do devedor.....	1287
432.4. Perda da preferência .....	1289
432.5. Perda da capacidade processual.....	1289
432.6. Atração das execuções singulares.....	1290
432.7. Escolha do administrador da massa.....	1292
432.8. Interrupção da prescrição .....	1292
433. Efeitos materiais da declaração de insolvência .....	1294
433.1. Vencimento antecipado das dívidas.....	1294
433.1.1. Deságio das obrigações vincendas .....	1294
433.1.2. Suspensão da fluência dos juros .....	1295
433.1.3. Estabilização do valor das dívidas em moeda es- trangeira .....	1295
433.1.4. Suspensão da fluência da comissão de permanên- cia.....	1296
433.1.5. Compensação das dívidas do insolvente .....	1297
433.1.6. Correção monetária dos créditos .....	1297
433.2. Perda da disponibilidade patrimonial .....	1298
433.2.1. Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência .....	1299
433.2.2. Disciplina dos negócios bilaterais .....	1299
433.2.3. Disciplina dos negócios unilaterais.....	1302
433.2.4. Extinção das obrigações.....	1302
<b>SEÇÃO IV – FASE INSTRUTÓRIA DA INSOLVÊNCIA</b> .....	1302
<b>§ 83.º Administração do Ativo</b> .....	1302
434. Formação do ativo e nomeação do administrador da massa .....	1302
434.1. Natureza das funções do administrador .....	1303
434.2. Escolha do administrador .....	1303

434.3.	Investidura do administrador.....	1304
434.4.	Substituição e destituição do administrador.....	1305
434.5.	Representação do administrador no processo .....	1305
435.	Direitos e deveres do administrador .....	1306
435.1.	Custódia da massa ativa .....	1306
435.2.	Arrecadação da massa ativa .....	1307
435.3.	Despesas da massa e prepostos do administrador.....	1308
435.4.	Representação judicial da massa.....	1308
435.5.	Alienação coativa dos bens da massa .....	1309
435.6.	Remuneração do administrador .....	1310
435.7.	Responsabilidade civil do administrador .....	1311
435.8.	Efeitos materiais da administração .....	1311
<b>§ 84.º</b>	<b>Organização do Passivo .....</b>	<b>1311</b>
436.	Procedimento da habilitação de crédito .....	1311
436.1.	Legitimidade ativa .....	1311
436.2.	Natureza da habilitação .....	1312
436.3.	Forma da habilitação.....	1313
436.4.	Cumulação de execuções na habilitação .....	1314
436.5.	Controle da habilitação.....	1314
436.6.	Ordenação das habilitações e intimações das partes.....	1315
437.	Impugnação ao crédito habilitado .....	1316
437.1.	Natureza da impugnação .....	1316
437.2.	Prazo da impugnação .....	1316
437.3.	Legitimidade ativa na impugnação .....	1317
437.4.	Legitimidade passiva na impugnação.....	1317
437.5.	Causa de pedir e pedido na impugnação .....	1318
437.6.	Procedimento da ação de impugnação.....	1319
437.7.	Destino dos embargos atraídos ao juízo universal .....	1320
437.8.	Efeito da impugnação na execução coletiva .....	1320
438.	Elaboração do quadro geral de credores .....	1321
439.	Classificação dos créditos no concurso .....	1322
440.	Ação direta do credor retardatário.....	1323
440.1.	Natureza da ação direta.....	1323

440.2.	Competência na ação direta .....	1324
440.3.	Legitimidade ativa e passiva na ação direta .....	1325
440.4.	Prazo, efeitos da propositura e reserva do dividendo .....	1325
440.5.	Rito da ação direta .....	1326
440.6.	Limites da cognição na ação direta.....	1326
440.7.	Posição do retardatário no concurso e participação no rateio .....	1327
441.	Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva.	1327
441.1.	Requisitos para concessão dos alimentos.....	1327
441.2.	Incidente sobre a pensão .....	1328
441.3.	Execução da decisão e extinção da verba alimentar.....	1329
<b>§ 85.º</b>	<b>Recuperação Amigável .....</b>	<b>1329</b>
442.	Natureza da recuperação do devedor civil.....	1329
443.	Procedimento da recuperação civil.....	1331
443.1.	Forma da proposta do executado .....	1331
443.2.	Momento hábil à proposta de recuperação .....	1332
443.3.	Contraditório na recuperação .....	1332
443.4.	Efeitos do julgamento da recuperação .....	1333
443.5.	Natureza do pronunciamento na recuperação .....	1333
443.6.	Efeitos do descumprimento da recuperação .....	1333
<b>§ 86.º</b>	<b>Realização do Ativo .....</b>	<b>1333</b>
444.	Avaliação na execução coletiva.....	1333
445.	Meios expropriatórios da execução coletiva.....	1334
446.	Momento da realização do ativo.....	1335
<b>SEÇÃO V – FASE FINAL DA INSOLVÊNCIA.....</b>		<b>1336</b>
<b>§ 87.º</b>	<b>Pagamento aos Credores.....</b>	<b>1336</b>
447.	Momento do pagamento aos credores.....	1336
448.	Procedimento do rateio .....	1337
<b>§ 88.º</b>	<b>Extinção e Suspensão do Concurso.....</b>	<b>1338</b>
449.	Extinção da execução coletiva .....	1338
450.	Suspensão da execução coletiva.....	1339



<b>§ 89.º Saldo Devedor</b> .....	1339
451. Saldo devedor da execução coletiva .....	1339
452. Reinício da execução coletiva .....	1340
<b>§ 90.º Extinção das Obrigações</b> .....	1341
453. Finalidade da ação de extinção das obrigações .....	1341
454. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....	1342
454.1. Prazo extintivo das obrigações.....	1342
454.2. Inexistência de bens arrecadáveis .....	1342
455. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente .....	1343
455.1. Competência da ação extintiva.....	1343
455.2. Legitimidade na ação extintiva .....	1343
455.3. Procedimento edital .....	1343
455.4. Petição inicial da ação extintiva .....	1344
455.5. Limites à cognição judicial.....	1344
455.6. Resposta dos réus .....	1344
455.7. Réplica do devedor e julgamento antecipado.....	1344
455.8. Produção de provas .....	1345
455.9. Natureza da sentença de procedência .....	1345
455.10. Julgamento da ação extintiva.....	1345
456. Efeitos da procedência da ação extintiva .....	1345

## **Título IV – Procedimentos executivos especiais**

<b>13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR</b> .....	1347
<b>§ 91.º Noções gerais acerca da execução do crédito alimentar</b> .....	1347
457. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar .....	1347
458. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar.....	1350
459. Classificação da obrigação alimentar .....	1352
459.1. Alimentos naturais e civis.....	1352
459.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos .....	1354
459.3. Alimentos definitivos e provisionais .....	1354
459.4. Alimentos futuros e pretéritos .....	1357
460. Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios .....	1357

461. Garantias do crédito alimentar.....	1358
462. Ilícito penal no inadimplemento sem justa causa da obrigação alimentar.....	1359
<b>SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR EXPROPRIAÇÃO .....</b>	<b>1360</b>
<b>§ 92.º Procedimento da execução por expropriação .....</b>	<b>1360</b>
463. Execução do crédito alimentar por expropriação .....	1360
463.1. Cumprimento da sentença de obrigação alimentar por expropriação.....	1361
463.1.1. Caráter definitivo do cumprimento da sentença de obrigação alimentar .....	1362
463.1.2. Autos do cumprimento da sentença de obrigação alimentar .....	1363
463.1.3. Inadmissibilidade da prisão do executado na expropriação.....	1363
463.2. Execução de obrigação alimentar fundada em título extrajudicial.....	1364
463.3. Levantamento do dinheiro penhorado.....	1364
463.4. Encaminhamento normal da expropriação .....	1365
463.5. Crédito alimentar no concurso de preferências .....	1366
464. Execução de alimentos indenizativos .....	1367
464.1. Natureza da pretensão à constituição do capital.....	1368
464.2. Objeto do capital constituído .....	1369
464.3. Condição jurídica do capital constituído.....	1370
464.4. Sucedâneos da constituição do capital .....	1371
464.5. Vicissitudes do capital constituído.....	1372
464.6. Cessação da obrigação e liberação do capital .....	1372
<b>SEÇÃO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PESSOAL.....</b>	<b>1373</b>
<b>§ 93.º Noções gerais acerca da execução por coerção pessoal .....</b>	<b>1373</b>
465. Título executivo na execução por coerção pessoal.....	1373
466. Opção pela execução dos alimentos por coerção pessoal .....	1375
<b>§ 94.º Procedimento da execução por coerção pessoal .....</b>	<b>1380</b>
467. Requisitos da petição inicial .....	1380
467.1. Competência na execução de alimentos.....	1381
467.2. Formulação do pedido na coerção pessoal.....	1383

467.3.	Controle da petição inicial .....	1385
467.4.	Fixação de honorários advocatícios .....	1386
467.5.	Indeferimento da petição inicial .....	1387
468.	Cumprimento e defesa sumária do executado .....	1387
468.1.	Pagamento .....	1387
468.2.	Defesa do executado.....	1390
468.3.	Decisão do incidente .....	1395
468.3.1.	Natureza do pronunciamento .....	1395
468.3.2.	Recurso cabível. Efeito suspensivo .....	1395
468.3.3.	Motivação do ato .....	1396
468.3.4.	Efeitos do ato.....	1397
468.4.	Inatividade do executado.....	1399
469.	Prisão do executado .....	1399
469.1.	Prazo da prisão.....	1399
469.2.	Regime da prisão .....	1400
469.3.	Suspensão e revogação da prisão .....	1402
469.4.	Meios para o executado revogar a prisão .....	1403
469.5.	Renovação da prisão.....	1404
470.	Coerção pessoal e embargos do executado .....	1405
<b>SEÇÃO III – EXECUÇÃO POR DESCONTO .....</b>		<b>1406</b>
<b>§ 95.º Noções gerais acerca da execução por desconto .....</b>		<b>1406</b>
471.	Execução por desconto em folha da obrigação alimentar .....	1406
472.	Opção pela execução por desconto.....	1407
<b>§ 96.º Procedimento da execução por desconto.....</b>		<b>1408</b>
473.	Particularidades da execução por desconto em folha.....	1408
473.1.	Identificação da fonte pagadora.....	1408
473.2.	Efetivação da medida .....	1409
473.3.	Cabimento da oposição do executado .....	1410
473.4.	Prosseguimento da execução .....	1411
<b>14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....</b>		<b>1413</b>
<b>§ 97.º Noções Gerais .....</b>		<b>1413</b>
474.	Objeto da execução contra a Fazenda Pública.....	1413

475. Causa do procedimento especial .....	1415
476. Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento .....	1416
477. Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública .....	1421
<b>§ 98.º Procedimento da Execução por Maior Quantia.....</b>	<b>1426</b>
478. Disciplina da execução da execução pecuniária .....	1426
479. Necessidade da execução.....	1427
480. Competência na execução contra a Fazenda Pública .....	1428
481. Legitimidade ativa e passiva .....	1429
482. Título executivo .....	1432
483. Proibição expressa do cumprimento provisório .....	1435
484. Cabimento dos honorários advocatícios .....	1435
485. Prazo e regime dos embargos.....	1436
486. Tribunal competente para processar o pagamento .....	1438
487. Obrigatoriedade da expedição do precatório.....	1439
488. Procedimento da requisição de pagamento .....	1441
488.1. Pagamento segundo o regime especial .....	1442
488.2. Pagamento segundo o regime excepcional.....	1444
489. Preterição da preferência e o sequestro .....	1447
489.1. Cabimento do sequestro .....	1448
489.2. Natureza da medida .....	1450
489.3. Legitimação ativa e passiva.....	1450
489.4. Objeto da medida .....	1451
489.5. Procedimento do “sequestro” .....	1452
<b>§ 99.º Procedimento da Execução por Menor Quantia.....</b>	<b>1452</b>
490. Execução de pequeno valor .....	1452
491. Definição de dívida de pequeno valor .....	1453
492. Execução incidente e desnecessidade de nova citação.....	1454
493. Legitimidade passiva.....	1454
494. Título executivo .....	1454
495. Exclusão do cumprimento provisório.....	1455
496. Admissibilidade da oposição do executado.....	1455
497. Competência e forma da requisição de pagamento.....	1456
498. Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública .....	1458

<b>15. EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO</b> .....	1461
<b>§ 100. Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial</b> .....	1461
499. Cabimento do rito especial da execução hipotecária .....	1461
<b>§ 101. Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário</b> .....	1464
500. Formação do processo executivo .....	1464
500.1. Título e inadimplemento na ação executória hipotecária ...	1464
500.2. Petição inicial da ação executória hipotecária .....	1467
500.2.1. Competência da execução hipotecária .....	1468
500.2.2. Pedido. Cumulação de multa e honorários .....	1469
500.2.3. Citação dos executados .....	1469
500.2.4. Valor da causa na execução hipotecária .....	1470
501. Procedimento da ação executória hipotecária .....	1470
501.1. Penhora .....	1471
501.2. Depósito .....	1472
501.3. Avaliação .....	1472
501.4. Alienação coativa .....	1473
501.5. Adjudicação .....	1474
<b>16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL</b> .....	1477
<b>§ 102. Noções Gerais</b> .....	1477
502. Realização do crédito da Fazenda Pública .....	1477
503. Remédios para promover a defesa judicial do devedor .....	1479
503.1. Embargos do executado .....	1481
503.2. Mandado de segurança .....	1481
503.3. Ação declaratória .....	1483
503.4. Ação anulatória .....	1484
503.5. Ação de restituição .....	1485
503.6. Ação consignatória .....	1486
504. Efeitos da demanda na esfera administrativa .....	1486
505. Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública .....	1487
505.1. Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de em- bargos .....	1487

505.2.	Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do executado.....	1490
505.3.	Intervenção do Ministério Público.....	1492
505.4.	Despesas processuais da Fazenda Pública.....	1492
505.5.	Responsabilidade dos auxiliares do juízo.....	1492
505.6.	Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos.....	1493
505.7.	Subsidiariedade da expropriação comum.....	1493
<b>§ 103. Pressupostos Processuais da Execução Fiscal.....</b>		<b>1493</b>
506.	Relação processual e pretensão a executar da Fazenda Pública.....	1493
507.	Título executivo da Fazenda Pública.....	1494
507.1.	Formação do crédito da Fazenda Pública.....	1494
507.2.	Compreensão do crédito da Fazenda Pública.....	1496
507.3.	Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa... ..	1496
507.4.	Substituição e correção da certidão da dívida ativa.....	1498
507.5.	Caracteres do título executivo.....	1501
508.	Exigibilidade do crédito da Fazenda.....	1502
509.	Problemas de competência na execução fiscal.....	1503
509.1.	Modificações da competência.....	1504
509.2.	Competência na execução movida por ente público contra outro ente público.....	1507
509.3.	Reunião das execuções por conveniência da penhora.....	1508
509.4.	Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências.....	1511
510.	Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal.....	1515
510.1.	Legitimidade ativa na execução fiscal.....	1515
510.2.	Legitimidade passiva na execução fiscal.....	1516
510.3.	Benefício de ordem do responsável.....	1520
<i>Subseção I – Formação do processo executivo.....</i>		<i>1521</i>
<b>§ 104. Procedimento da Execução.....</b>		<b>1521</b>
511.	Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública.....	1521
511.1.	Endereçamento da petição inicial.....	1522
511.2.	Identificação das partes.....	1522

511.3.	Fatos e fundamentos do pedido .....	1523
511.4.	Pedido na execução fiscal.....	1523
511.5.	Produção de provas na execução fiscal .....	1523
511.6.	Valor da causa na execução fiscal .....	1525
511.7.	Requerimento e modos de citação do executado .....	1526
511.8.	Nomeação de bens na inicial .....	1528
512.	Efeitos da propositura da execução fiscal e o problema da prescrição .....	1529
	<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....	1533
513.	Emendas na petição inicial .....	1533
514.	Indeferimento da petição inicial .....	1534
515.	Deferimento da petição inicial .....	1534
	<i>Subseção III – Responsabilidade patrimonial</i> .....	1536
516.	Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública.....	1536
	<i>Subseção IV – Fase inicial da expropriação</i> .....	1538
517.	Citação do executado e pagamento .....	1538
518.	Pré -penhora na execução fiscal .....	1538
519.	Nomeação de bens na execução fiscal .....	1539
520.	Efetivação da garantia da execução.....	1543
	520.1. Depósito em dinheiro.....	1544
	520.2. Fiança bancária e seguro garantia .....	1546
	520.3. Prova do depósito, da fiança e do seguro.....	1547
521.	Depósito da coisa penhorada na execução fiscal .....	1547
522.	Registro da penhora na execução fiscal.....	1549
523.	Modificações da penhora na execução fiscal.....	1551
524.	Intimação da penhora na execução fiscal .....	1553
	<i>Subseção V – Fase instrutória da expropriação</i> .....	1556
525.	Avaliação do bem penhorado .....	1556
	525.1. Impugnação da avaliação .....	1556
	525.2. Escolha do avaliador e laudo de avaliação .....	1557
	525.3. Apresentação do laudo e decisão do juiz.....	1558
	525.4. Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados.....	1558

526.	Alienação antecipada na execução fiscal.....	1559
527.	Arrematação na execução da Fazenda Pública.....	1560
527.1.	Natureza e efeitos da arrematação .....	1560
527.2.	Modalidade da arrematação .....	1560
527.3.	Requisitos do edital .....	1561
527.4.	Publicidade do edital.....	1562
527.5.	Intimação das partes .....	1563
527.6.	Lugar do leilão.....	1564
527.7.	Arrematação pela Fazenda Pública .....	1565
527.8.	Arrematação em globo .....	1566
527.9.	Despesas de responsabilidade do arrematante.....	1566
	<i>Subseção VI – Fase final da expropriação .....</i>	<i>1567</i>
528.	Remição do bem penhorado e da execução.....	1567
529.	Entrega do dinheiro .....	1568
530.	Adjudicação na execução fiscal .....	1569
530.1.	Objeto da adjudicação.....	1569
530.2.	Pressupostos da adjudicação.....	1569
530.3.	Forma do requerimento da adjudicação.....	1572
530.4.	Legitimidade para adjudicar.....	1572
530.5.	Saldo da adjudicação.....	1573
530.6.	Auto de adjudicação .....	1574
530.7.	Inadmissibilidade dos embargos à adjudicação .....	1574
531.	Apropriação de frutos e de rendimentos na execução fiscal.....	1574
	<i>Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....</i>	<i>1574</i>
532.	Recursos cabíveis nas execuções de alçada .....	1574
532.1.	Valor de alçada nos executivos fiscais .....	1576
532.2.	Embargos de declaração .....	1576
532.3.	Embargos infringentes e recorribilidade das interlocutórias .....	1576
532.4.	Reexame necessário e recurso extraordinário .....	1578
532.5.	Revisor nas apelações.....	1578



## **Título V – Reação do executado contra a execução**

<b>17. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE .....</b>	<b>1579</b>
<b>§ 105.º Noções Gerais .....</b>	<b>1579</b>
533. Enumeração e classificação dos meios de reação do executado .....	1579
534. Relações entre os meios de reação do executado .....	1580
<b>§ 106.º Fundamentos da Exceção de Pré- Executividade .....</b>	<b>1584</b>
535. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar ....	1584
536. Cabimento da exceção de pré- executividade .....	1586
537. Objeto da exceção de pré- executividade .....	1590
<b>§ 107.º Procedimento da Exceção de Pré- Executividade .....</b>	<b>1595</b>
538. Legitimidade do executado e de terceiros.....	1595
539. Prazo da exceção de pré- executividade.....	1596
540. Efeitos da apresentação da exceção .....	1598
541. Obrigatoriedade do contraditório.....	1599
<b>§ 108.º Efeitos do Julgamento da Exceção.....</b>	<b>1600</b>
542. Efeitos do acolhimento da exceção .....	1600
543. Efeitos da rejeição da exceção.....	1601
<b>18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO .....</b>	<b>1603</b>
<b>SEÇÃO I – OPOSIÇÃO DO EXECUTADO .....</b>	<b>1604</b>
<b>§ 109.º Natureza da Ação de Embargos .....</b>	<b>1604</b>
544. Natureza jurídica dos embargos do devedor .....	1604
545. Conceito dos embargos do devedor .....	1607
<b>§ 110.º Objeto da Cognição nos Embargos .....</b>	<b>1607</b>
546. Limites da cognição na ação de embargos.....	1607
547. Classificação do objeto da cognição nos embargos .....	1611
547.1. Embargos de cognição sumária.....	1613
547.2. Embargos de cognição plenária .....	1616
548. Objeto dos embargos na execução de título extrajudicial.....	1616
548.1. Inexequibilidade do título executivo.....	1616
548.2. Inexigibilidade da obrigação.....	1617
548.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1618

548.4.	Excesso de execução.....	1619
548.5.	Cumulação indevida de execuções .....	1622
548.6.	Retenção por benfeitorias.....	1622
548.7.	Incompetência absoluta ou relativa.....	1624
548.8.	Defesa processual e defesa de mérito do executado .....	1625
548.9.	Solvabilidade .....	1627
548.10.	Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1627
549.	Exceção de impedimento e de suspeição.....	1627
<b>SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO.....</b>		<b>1628</b>
<b>§ 111.º Noções Gerais .....</b>		<b>1628</b>
550.	Pressupostos processuais da relação incidente.....	1628
<b>§ 112.º Imparcialidade.....</b>		<b>1629</b>
551.	Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos.....	1629
552.	Controle da imparcialidade do órgão nos embargos .....	1630
<b>§ 113.º Competência nos Embargos.....</b>		<b>1631</b>
553.	Regra geral de competência nos embargos.....	1631
554.	Determinação da competência segundo a natureza do título.....	1633
555.	Competência dos embargos na execução por carta.....	1633
<b>§ 114.º Prazo dos Embargos .....</b>		<b>1637</b>
556.	Regras gerais do prazo para propor embargos.....	1637
556.1.	Prazo geral e prazos especiais .....	1637
556.2.	Natureza do prazo.....	1637
556.3.	Efeito da fluência do prazo .....	1638
556.4.	Suspensão do prazo .....	1639
556.5.	Contagem, dobra e termo final do prazo.....	1640
556.6.	Fluência durante as férias .....	1642
557.	Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....	1642
558.	Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação .....	1644
558.1.	Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....	1645
558.2.	Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação .....	1645

558.3.	Prazo na execução fiscal .....	1645
558.4.	Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial .	1648
559.	Prazo dos embargos no desapossamento .....	1649
560.	Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial.....	1649
561.	Prazo dos embargos no desconto em folha.....	1649
<b>§ 115.º Legitimidade .....</b>		<b>1649</b>
562.	Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor .....	1649
563.	Legitimidade ativa nos embargos à execução .....	1651
563.1.	Legitimidade dos responsáveis.....	1651
563.2.	Legitimidade do cônjuge ou companheiro.....	1653
563.3.	Legitimidade do curador especial e do Ministério Público..	1654
563.4.	Legitimidade condicionada à segurança do juízo .....	1655
564.	Legitimidade passiva nos embargos à execução .....	1656
<b>§ 116.º Segurança do Juízo.....</b>		<b>1657</b>
565.	Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo .....	1657
566.	Exame do pressuposto da segurança do juízo .....	1658
567.	Controle do pressuposto da segurança do juízo e embargos prematuros.....	1660
<b>SEÇÃO III – PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO .....</b>		<b>1660</b>
<b>§ 117.º Petição Inicial dos Embargos.....</b>		<b>1660</b>
568.	Requisitos da petição inicial dos embargos .....	1660
568.1.	Causa de pedir nos embargos .....	1662
568.2.	Pedido nos embargos .....	1664
568.3.	Valor da causa nos embargos .....	1665
568.4.	Indicação das provas nos embargos.....	1666
568.5.	Chamamento do embargado.....	1667
568.6.	Regime fiscal dos embargos.....	1668
569.	Efeitos da propositura dos embargos à execução.....	1668
569.1.	Prevenção e embargos.....	1668
569.2.	Litispendência .....	1669
569.3.	Litigiosidade do direito .....	1669
569.4.	Prescrição e mora .....	1669

569.5.	Suspensão do processo executivo .....	1669
569.5.1.	Embargos suspensivos e não suspensivos .....	1669
569.5.2.	Requisitos do efeito suspensivo dos embargos.....	1671
569.5.3.	Modificação e revogação do efeito suspensivo dos embargos.....	1671
569.5.4.	Limitações subjetiva e objetiva do efeito suspensivo dos embargos.....	1672
569.5.5.	Efeitos da suspensão da execução .....	1673
570.	Rito dos embargos .....	1673
<b>§ 118.º Controle da Petição Inicial.....</b>		1674
571.	Emendas da petição inicial dos embargos .....	1674
572.	Indeferimento liminar dos embargos .....	1675
572.1.	Casos de indeferimento liminar dos embargos .....	1676
572.1.1.	Embargos ineptos.....	1676
572.1.2.	Embargos intempestivos .....	1677
572.1.3.	Embargos improcedentes.....	1677
572.1.4.	Embargos protelatórios.....	1678
572.2.	Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso .....	1678
573.	Deferimento inicial dos embargos .....	1679
<b>§ 119.º Resposta do Embargado.....</b>		1680
574.	Resposta do embargado no sistema da lei processual .....	1680
575.	Audiência de mediação e de conciliação .....	1682
576.	Impugnação do embargado.....	1682
577.	Exceções do embargado.....	1685
578.	Reconvenção do embargado .....	1685
<b>§ 120.º Revelia do Embargado.....</b>		1687
579.	Efeitos da revelia do embargado .....	1687
<b>§ 121.º Intervenção de Terceiros .....</b>		1689
580.	Modalidades de intervenção de terceiros .....	1689
581.	Admissibilidade da intervenção de terceiros nos embargos .....	1690
581.1.	Assistência à parte ou ao órgão judiciário .....	1690
581.2.	Chamamento ao processo .....	1691

581.3.	Chamamento em garantia .....	1692
581.4.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1693
581.5.	Oposição .....	1693
581.6.	Correção da legitimidade passiva.....	1694
<b>§ 122.º</b>	<b>Julgamento dos Embargos .....</b>	<b>1694</b>
582.	Extinção dos embargos sem resolução do mérito .....	1694
583.	Extinção dos embargos com resolução do mérito.....	1696
584.	Honorários de advogado nos embargos .....	1699
<b>SEÇÃO IV – COISA JULGADA E EFEITOS DOS EMBARGOS .....</b>		<b>1700</b>
<b>§ 123.º</b>	<b>Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos .....</b>	<b>1700</b>
585.	Natureza da sentença dos embargos.....	1700
586.	Eficácia de coisa julgada nos embargos .....	1701
<b>§ 124.º</b>	<b>Efeitos do Julgamento dos Embargos .....</b>	<b>1703</b>
587.	Efeitos no caso de procedência.....	1703
587.1.	Declaração de inexecutabilidade do título e da inexistência crédito .....	1704
587.2.	Redução da obrigação .....	1704
587.3.	Desfazimento dos atos executivos.....	1704
587.4.	Reconhecimento da responsabilidade do credor.....	1705
587.5.	Substituição do título .....	1705
587.6.	Averbação no registro da dívida ativa .....	1705
587.7.	Extinção da execução .....	1705
588.	Efeitos no caso de improcedência .....	1706
588.1.	Desembaraço do processo executivo .....	1706
588.2.	Definitividade da execução na pendência da apelação .....	1706
588.3.	Condenação do embargante por dolo processual.....	1707
<b>19. IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO .....</b>		<b>1709</b>
<b>§ 125.º</b>	<b>Natureza da Impugnação do Executado .....</b>	<b>1709</b>
589.	Natureza da impugnação do executado.....	1709
590.	Conceito da impugnação do executado.....	1714
<b>§ 126.º</b>	<b>Fundamentos da Impugnação do Executado .....</b>	<b>1714</b>
591.	Caráter sumário da cognição.....	1714

592. Casos explícitos de impugnação.....	1716
592.1. Falta ou nulidade da citação .....	1716
592.2. Ilegitimidade das partes .....	1719
592.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1720
592.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1721
592.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1722
592.6. Incompetência absoluta ou relativa .....	1723
592.7. Exceções e objeções substanciais supervenientes à sen- tença.....	1723
592.8. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1726
592.8.1. Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada .....	1727
592.8.2. Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial.....	1736
592.8.2.1. Origem da regra .....	1736
592.8.2.2. Ineficácia do título.....	1737
592.8.2.3. Superveniência da inconstitucionalidade .....	1738
592.8.2.4. Constitucionalidade da regra .....	1739
592.8.2.5. Vantagens e desvantagens da regra .....	1740
592.8.2.6. Aplicação ao cumprimento definitivo e provisório.....	1740
592.8.2.7. Origem do juízo de inconstitucionalidade .....	1741
592.8.2.8. Remédios admissíveis .....	1743
592.8.2.9. Aplicação retroativa da regra .....	1743
592.8.2.10. Efeitos do julgamento da impugnação	1744
593. Casos implícitos de impugnação.....	1744
<b>§ 127.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental ....</b>	<b>1745</b>
594. Generalidades.....	1745
595. Prazo da impugnação.....	1745
595.1. Natureza do prazo da impugnação.....	1746
595.2. Efeitos da fluência do prazo da impugnação .....	1746
595.3. Suspensão do prazo da impugnação .....	1747

595.4. Dobra do prazo de impugnação .....	1747
595.5. Termos inicial e final do prazo de impugnação .....	1747
596. Competência da impugnação .....	1748
597. Legitimidade ativa e passiva na impugnação .....	1749
598. Controle da imparcialidade na impugnação .....	1749
<b>§ 128.º Procedimento da Impugnação Incidental</b> .....	1749
599. Requisitos da petição inicial da impugnação .....	1749
600. Controle da inicial da impugnação .....	1751
601. Indeferimento liminar da impugnação .....	1751
602. Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspen- sivo.....	1752
603. Prosseguimento da execução mediante caução.....	1754
604. Recurso cabível das resoluções do juiz.....	1755
605. Efeitos do recebimento da impugnação .....	1755
606. Chamamento do impugnado .....	1755
607. Atitudes do impugnado.....	1756
608. Procedimento da impugnação .....	1757
609. Julgamento da impugnação e recursos próprios.....	1757
<b>§ 129.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado</b> .....	1758
610. Efeitos no caso de procedência.....	1758
611. Efeitos no caso de improcedência .....	1759

## **Título VI – Reação dos terceiros contra a execução**

<b>20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO</b> .....	1761
<b>§ 130.º Noções Gerais</b> .....	1761
612. Conceito e natureza dos embargos de terceiro .....	1761
613. Modalidade de intervenção de terceiros.....	1765
<b>§ 131.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro</b> .....	1765
614. Competência nos embargos de terceiro .....	1765
615. Legitimidade nos embargos de terceiro.....	1769
615.1. Legitimidade ativa .....	1769
615.1.1. Noção de terceiro.....	1770
615.1.2. Domínio e posse do terceiro .....	1772

615.1.3.	Embargos do compromissário .....	1773
615.1.4.	Embargos do cônjuge ou do companheiro .....	1774
615.1.5.	Embargos do herdeiro .....	1776
615.1.6.	Embargos do adquirente do bem alienado em fraude contra a execução .....	1776
615.1.7.	Embargos em desconsideração da personalidade jurídica .....	1777
615.1.8.	Embargos do credor real .....	1777
615.1.9.	Fungibilidade dos embargos .....	1778
615.2.	Legitimidade passiva.....	1779
616.	Integração da capacidade processual .....	1782
617.	Prazo dos embargos de terceiro .....	1782
618.	Objeto dos embargos de terceiro .....	1787
619.	Valor da causa nos embargos de terceiro .....	1788
<b>§ 132.º Procedimento dos Embargos de Terceiro.....</b>		<b>1789</b>
620.	Instauração e desenvolvimento dos embargos .....	1789
620.1.	Petição inicial e liminar .....	1790
620.1.1.	Requisitos da liminar.....	1790
620.1.2.	Caução.....	1791
620.2.	Rejeição liminar dos embargos.....	1792
620.3.	Citação do embargado .....	1793
620.4.	Efeitos da propositura dos embargos .....	1793
620.5.	Mérito dos embargos e limites à cognição judicial.....	1794
620.5.1.	Embargos do possuidor.....	1796
620.5.2.	Embargos do titular de direito real .....	1796
620.5.3.	Sumariedade da cognição.....	1798
620.6.	Reação do embargado .....	1799
620.6.1.	Revelia .....	1799
620.6.2.	Meios de reação .....	1799
620.6.3.	Limites da contestação e o ônus da prova .....	1800
620.6.4.	Indicação de provas .....	1802
620.7.	Rito dos embargos .....	1802
620.8.	Sucumbência nos embargos de terceiro .....	1803
621.	Natureza da sentença dos embargos.....	1805



<b>§ 133.º Efeitos dos Embargos de Terceiro</b> .....	1805
622. Efeitos no caso de procedência.....	1805
623. Efeitos no caso de improcedência .....	1806
<b>Bibliografia</b> .....	1807
<b>Outras obras do autor</b> .....	1907
<b>Índice Alfabético-remissivo</b> .....	1909
<b>Índice legislativo</b> .....	1959
<b>Índice onomástico</b> .....	2005